

**CENTRO PAULA SOUZA**

**ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE NOVA ODESSA - FERRUCIO  
HUMBERTO GAZZETTA**

**Desenvolvimento de Sistemas Integrado ao Ensino Médio**

**Bruna Rayssa Oyanedel da Silva**

**Gabrielly Santos De Nicolai**

**Giovana Dias Vieira**

**Desenvolvimento de um aplicativo para promover a autodefesa e  
segurança da mulher**

**Nova Odessa**

**2024**

**Bruna Rayssa Oyanedel da Silva**

**Gabrielly Santos De Nicolai**

**Giovana Dias Vieira**

**Desenvolvimento de um aplicativo para promover a autodefesa e  
segurança da mulher**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Técnico em 2024 da Etec de Nova Odessa - Ferrucio Humberto Gazzetta orientado pela professora Gislaine Fernanda Giubbina Araújo, como requisito parcial para obtenção do título de técnico em Desenvolvimento de Sistemas.

**Nova Odessa**

**2024**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecemos nossos orientadores, Gislaine Giubbina e Lucas Serafim, pelos ensinamentos, conselhos e suporte ao longo do desenvolvimento do projeto "aplicativo para promover a autodefesa e segurança da mulher". Desde o começo, preocuparam-se com a evolução e a qualidade do trabalho, orientando-nos no caminho certo para chegarmos aonde estamos hoje.

Queremos expressar nossa gratidão também a todos da Etec Ferrucio Humberto Gazzetta, que contribuíram para esta instituição onde tivemos a satisfação de estudar durante todo o ensino médio. Agradecemos aos responsáveis pela administração da escola, que mantêm essa incrível instituição, e a todos os nossos professores do curso, que nos proporcionaram toda a base técnica necessária para a criação do aplicativo; A eles sempre seremos gratas.

## Resumo

No Brasil, a violência contra a mulher permanece problemática, exigindo soluções eficazes para minimizar o problema. Segundo a SciELO saúde pública, 1,6 milhão de mulheres foram vítimas de agressões físicas em 2018. Nesse cenário, este projeto propõe o desenvolvimento de um aplicativo móvel inovador destinado a fortalecer a segurança das mulheres e facilitar a denúncia de crimes de gênero. O aplicativo será arquitetado com duas funcionalidades principais: um sistema de denúncia rápido e seguro e um mapa interativo de rede de apoio.

A finalidade do projeto é não apenas proporcionar uma ferramenta prática para a denúncia e prevenção de violência, mas também criar uma rede de suporte acessível e informativa. Acredita-se que este aplicativo ajudará a empoderar as mulheres, aumentar sua segurança pessoal e promover uma sociedade mais inclusiva e protegida.

A primeira funcionalidade permitirá que as mulheres denunciem incidentes de violência de forma eficiente e discreta. Com a capacidade de enviar alertas diretamente para as autoridades competentes e contatos de confiança, o aplicativo visa garantir uma resposta rápida e eficaz em situações de risco. Além disso, a ferramenta fornecerá informações sobre direitos legais e recursos de apoio, ajudando as usuárias a entender e acessar o suporte disponível.

A segunda funcionalidade será um mapa interativo que exibirá a rede de apoio próxima, incluindo centros de atendimento, delegacias, abrigos e redes de apoio psicológico. Este recurso permitirá que as mulheres localizem rapidamente os serviços necessários em sua área, permitindo uma resposta imediata e conectando-as com recursos de apoio essenciais.

**Palavras-chave:** Segurança da mulher; Aplicativo; Denúncia; Rede de apoio; Prevenção.

## **Abstract**

In Brazil, violence against women remains a critical concern, necessitating effective solutions to address and reduce the impact of the issue. This project proposes the development of an innovative mobile application aimed at enhancing women's safety and facilitating the reporting of gender-based crimes. The app will be designed with two main features: a quick and secure reporting system and an interactive support network map.

The first feature will enable women to report incidents of violence efficiently and discreetly. With the ability to send alerts directly to relevant authorities and trusted contacts, the app aims to ensure a swift and effective response in emergency situations. Additionally, the tool will provide information on legal rights and available support resources, helping users understand and access the assistance they need.

The second feature will be an interactive map displaying nearby support networks, including service centers, police stations, shelters, and psychological support services. This resource will allow women to quickly locate necessary services in their area, facilitating an immediate response and connecting them with essential support resources.

The project's goal is not only to provide a practical tool for reporting and preventing violence but also to create an accessible and informative support network. It is believed that this app will help empower women, enhance their personal safety, and promote a more inclusive and protected society.

**Keywords:** Women's safety; Mobile app; Reporting; Support network; Prevention.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Orientação sexual.....	30
Gráfico 1 - Paraná .....	44
Tabela 1 – Região Oeste.....	44
Tabela 2 – Região Noroeste.....	46
Tabela 3 – Faixa etária de mulheres que sofrem agressão física.....	47
Gráfico 2 - São Paulo .....	48
Figura 2: Primeira pergunta do formulário .....	52
Figura 3: Segunda pergunta do formulário .....	53
Figura 4: Terceira pergunta do formulário .....	53
Figura 5: Quarta pergunta do formulário.....	54
Figura 6: Quinta pergunta do formulário .....	54
Figura 7: Sexta pergunta do formulário .....	55
Figura 8: Sétima pergunta do formulário .....	55
Figura 9: Oitava pergunta do formulário .....	56
Figura 10: Nona pergunta do formulário .....	56
Figura 11: Décima pergunta do formulário .....	57
Figura 12: Décima primeira pergunta do formulário.....	57
Figura 13: Décima segunda pergunta do formulário.....	58
Figura 14: Diagrama de Atividade. ....	59
Figura 15: Diagrama de Caso de Uso. ....	60
Figura 16: Diagrama de Classe. ....	61
Figura 17: Resposta obtida da primeira pergunta do formulário para estudo de caso. ....	62
Figura 18: Resposta obtida da segunda pergunta do formulário para estudo de caso. ....	63
Figura 19: Resposta obtida da quarta pergunta do formulário para estudo de caso. ....	64
Figura 20: Resposta obtida da quinta pergunta do formulário para estudo de caso. ....	64
Figura 21: Resposta obtida da sexta pergunta do formulário para estudo de caso. ....	65
Figura 22: Resposta obtida da sétima pergunta do formulário para estudo de caso. ....	65
Figura 23: Resposta obtida da nona pergunta do formulário para estudo de caso. ....	67
Figura 24: Resposta obtida da décima pergunta do formulário para estudo de caso. ....	67
Figura 25: Resposta obtida da décima primeira pergunta do formulário para estudo de caso. ....	68
Figura 26: Resposta obtida da décima segunda pergunta do formulário	

para estudo de caso. ....	69
Figura 27: Código da página de login .....	70
Figura 28: Código da página de opção.....	71
Figura 29: Código da página opção orientações ou informações.....	71
Figura 33: Tela de login .....	74
Figura 35: Tela de opções de orientações em vídeos ou tela de centros próximos. ....	77
Figura 36: Tela de centros próximos .....	78
Figura 37: Tela de orientações em vídeos.....	79
Figura 38: Tela de denúncia. ....	81

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

Scientific Electronic Library Online (SciElo )

Evidências sobre violências e alternativas para mulheres e meninas (Eva )

Organização mundial da saúde (OMS )

Plano nacional de combate à violência doméstica (PNaViD)

Organização Pan-americana de saúde (opas)

Secretaria especial de políticas para as mulheres (SPM)

Delegacia de Defesa da Mulher (DDM)

Universidade Paranaense (UNIPAR)

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

Mercado Comum do Sul (Mercosul)

Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (ENDICA)

O Grupo de Atuação Especial de Enfrentamento à Violência Doméstica (GEVID)

Brasilian Jiu-Jitsu (BJJ)

## Sumário

<b>1.INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
1.1 Objetivos Gerais .....	14
1.2 Objetivos Específicos .....	15
1.3 Justificativa.....	15
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>16</b>
2.1 Tipos de violência .....	16
2.1.1 Física.....	16
2.1.3 Sexual .....	17
2.1.4 Patrimonial .....	18
2.2 Fatores de risco associados á violência contra a mulher .....	19
2.3 Impacto da violência doméstica .....	20
2.3.1 Impacto da violência doméstica na saúde física das mulheres.....	20
2.4 Ciclo da violência doméstica contra a mulher .....	23
2.5 Legislação e políticas públicas de combate a violência contra a mulher.....	24
2.5.1 A rede de enfrentamento à violência contra as mulheres .....	26
2.6 Efeitos da cultura do machismo na perpetuação da violência contra a mulher	27
2.7 Violência contra a mulher e suas interseccionalidades .....	29
2.7.1 Raça.....	29
2.7.2 Classe social .....	30
2.7.3 Orientação sexual .....	32
2.7.4 Identidade de gênero .....	32
2.8 Estratégias de prevenção e intervenção para combater a violência contra a mulher .....	33
2.8.1 Família .....	34
2.8.2 Escola .....	35
2.8.4 Mídia .....	35
2.9 Lei Maria da Penha .....	36

2.9.1 O que é agressão .....	38
2.9.2 Como era a agressão no passado .....	39
2.9.3 Como surgiu a agressão .....	39
2.9.4 Como é tratado esse assunto atualmente .....	40
2.9.5 Quantas mulheres são agredidas (estatísticas no estado do Paraná e São Paulo).....	42
2.9.6 Técnicas de defesa .....	47
2.10 Como a tecnologia pode ajudar contra a agressão da mulher .....	49
2.11 Linguagens .....	<b>50</b>
2.11.1 Kodular.....	50
<b>3. METODOLOGIA.....</b>	<b>50</b>
3.1 Pesquisa bibliográfica .....	<b>50</b>
3.2. Pesquisa de Campo .....	51
3.3. Diagramas.....	57
3.3.1 Diagrama de atividade.....	57
3.3.2 Diagrama de caso de uso .....	58
3.3.3 Diagrama de Classe .....	59
3.4 Cronograma .....	61
<b>4. RESULTADOS .....</b>	<b>61</b>
4.1 Projeto.....	69
4.1.1 Telas.....	72
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>79</b>

# **1.INTRODUÇÃO**

Nos últimos anos, a crescente conscientização sobre questões de gênero e a luta pela igualdade dos direitos das mulheres têm destacado a importância da segurança e da autodefesa como aspectos fundamentais para a promoção de um ambiente mais seguro e igualitário. Em um mundo onde a violência contra a mulher continua a ser um problema persistente e alarmante, torna-se crucial buscar soluções inovadoras que possam empoderar as mulheres e proporcionar-lhes meios eficazes para garantir sua própria proteção.

Nesse contexto, a tecnologia emerge como uma aliada poderosa, capaz de oferecer suporte e recursos valiosos para enfrentar desafios cotidianos. A criação de aplicativos móveis tem se mostrado uma ferramenta promissora na promoção da segurança pessoal, fornecendo funcionalidades que podem ser de grande ajuda em situações de risco. A plataforma Kodular, conhecida por sua interface intuitiva e flexibilidade, surge como uma alternativa acessível e eficaz para o desenvolvimento de soluções tecnológicas voltadas para a segurança feminina.

Este trabalho de conclusão de curso (TCC) tem como objetivo o desenvolvimento de um aplicativo móvel utilizando a plataforma Kodular, com foco na promoção da auto defesa e segurança da mulher. O aplicativo proposto visa oferecer uma gama de funcionalidades destinadas a proporcionar maior proteção e segurança, além de fornecer informações e recursos úteis para situações de emergência. Através da utilização de ferramentas e recursos oferecidos pelo Kodular, será possível criar uma aplicação que não apenas atenda às necessidades específicas do público-alvo, mas que também seja acessível e fácil de utilizar, promovendo a inclusão digital e a autonomia das mulheres.

## **1.1 Objetivos Gerais**

Desenvolver um aplicativo interativo que ajuda mulheres a obter conhecimentos e ferramentas de autodefesa, visando aumentar a segurança pessoal e a conscientização sobre a violência contra mulher, através de recursos educacionais, alertas de segurança e uma comunidade de suporte.

## **1.2 Objetivos Específicos**

- Garantir que as mulheres se sintam seguras ao denunciar casos de violência;
- Contribuir para criar um ambiente mais seguro e igualitário para as mulheres;
- Analisar as causas e os fatores de risco que contribuem para a violência contra as mulheres;
- Propor estratégias e intervenções para melhorar a segurança das mulheres, incluindo medidas seguras para realizar denúncias e ações de apoio às vítimas;
- Promover a conscientização e a educação sobre os direitos das mulheres;
- Propor que os órgãos responsáveis pela proteção dos direitos das mulheres no Brasil atuem de acordo com suas responsabilidades.

## **1.3 Justificativa**

O desenvolvimento de um aplicativo voltado para promover a segurança e autodefesa das mulheres é o objetivo deste trabalho acadêmico. A escolha desse tema foi motivada pela crescente importância de abordar questões relacionadas à segurança feminina, especialmente em um cenário marcado pelo aumento dos casos de abuso sexual e violência de gênero. Além disso, a pesquisa nessa área é crucial para preencher lacunas existentes na abordagem da violência contra as mulheres. Um aplicativo que facilite a denúncia de abusos e forneça um espaço seguro para compartilhar experiências pode se tornar uma ferramenta poderosa nesse sentido.

Segundo um levantamento inédito feito pelo Instituto Igarapé e compilados na plataforma EVA (Evidências sobre Violências e Alternativas para Mulheres e Meninas), mulheres enfrentam diferentes tipos de violência, seja física, psicológica ou sexual, e muitas vezes encontram dificuldades em buscar ajuda e denunciar seus agressores. No levantamento, foi possível constatar que cerca de 1,2 milhão de mulheres foram vítimas de algum tipo de violência entre 2010 e 2017. Portanto, a criação de um aplicativo que ofereça suporte e recursos para essas mulheres se torna essencial nos dias atuais.

Além de promover a segurança e a autodefesa das mulheres, esse aplicativo pode salvar vidas e contribuir para a prevenção de futuros casos de violência. Também pode fortalecer o sistema de justiça e responsabilizar os agressores ao facilitar a denúncia de abusos. Do ponto de vista teórico, esse trabalho oferece

contribuições significativas ao explorar o papel da tecnologia na luta contra a violência de gênero, por meio do desenvolvimento de um aplicativo voltado para a segurança das mulheres.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

Com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre as tecnologias, a violência contra a mulher, seus impactos, políticas e estratégias para o combate da violência, realizou-se pesquisas acadêmicas, em livros, artigos científicos e revistas.

### **2.1 Tipos de violência**

Entre os tipos de violência que acometem as mulheres, são destacadas as violências físicas, psicológicas, econômicas e sexuais.

Também é importante destacar que algumas mulheres sofrem violências específicas de raça e condições sociais, como a de uma mulher ser negra, migrante, indígena ou pobre.

#### **2.1.1 Física**

A violência física é entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal. Agressões como tapas, socos e empurrões foram os atos mais relatados quanto à violência física contra a mulher, além do uso de armas brancas e de fogo e ameaças como forma de opressão. Portanto, esse tipo de agressão se constitui em qualquer agressão que afronte a integridade ou saúde corporal. As lesões físicas são caracterizadas por hematomas e queimaduras em diversas partes do corpo em que o agressor comete ações como: bater, empurrar, atirar objetos, sacudir, morder, estrangular, chutar, queimar, cortar, furar, mutilar e o uso de armas.

Pode-se afirmar que a violência física é a mais grave dentre todos os tipos de violência contra a mulher, pois, dependendo da intensidade, pode resultar na morte da vítima, configurando assim o crime de feminicídio.

### **2.1.2 Psicológica**

A violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação.

Dentre as modalidades de violência, é a mais difícil de ser identificada. Apesar de ser bastante frequente, ela pode levar a pessoa a se sentir desvalorizada e adoecer com facilidade, situações que se arrastam durante muito tempo e, se agravadas, podem levar a pessoa a provocar suicídio. As marcas causadas pela violência psicológica não são físicas, mas emocionais, podendo ocasionar muitas vezes quadros de depressão e ansiedade, bem como traumas profundos que podem afetar a vida da vítima por muito tempo. Isso pode levar a mulher a ter dificuldade em encerrar o relacionamento, pois acaba desenvolvendo dependência emocional pelo agressor, muitas vezes acreditando que nenhuma outra pessoa irá aceitá-la, ou criando um bloqueio emocional para futuros relacionamentos.

### **2.1.3 Sexual**

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define violência sexual como atos, tentativa ou investidas sexuais indesejadas, podendo ocorrer uso de coação, sendo praticados por qualquer pessoa e em qualquer contexto. Esta forma de violência é apresentada como uma das mais graves expressões da iniquidade de gênero, visto que atinge, em sua maioria meninas e mulheres. A violência sexual é um ato hostil, agressivo e violento, no qual os agressores utilizam como forma de humilhar, aterrorizar e dominar as mulheres, o que resulta em vítimas do poder e controle

exercido pelo sexo masculino. Esse ato marca uma grave violação dos direitos humanos que causa danos, muitas vezes irreversíveis à saúde mental e física da mulher, além dos cuidados terapêuticos provocarem elevados custos sociais.

A violência praticada pelo parceiro íntimo sexual pode ser detectável em suas vítimas pelos fatores que trazem consequências psicológicas, como depressão, baixa autoestima, ansiedade, e até mesmo tentativas de suicídio. Outras consequências perceptíveis serão as relacionadas à saúde, como IST's (Infecções sexualmente transmissíveis), distúrbios gastrointestinais, ginecológicos ou complicações na gravidez e a disfunção sexual. O abuso de substâncias podem ser consequências da violência sexual pelo parceiro, além de infecções crônicas, incluindo doenças pélvicas inflamatórias. Todas essas consequências podem resultar em hospitalização, deficiência ou morte.

A violência sexual é, portanto, um problema social, de segurança e saúde pública, que traz impactos na saúde dos indivíduos e nas relações sociais, expressa nas lesões físicas e psicológicas decorrentes. Torna-se uma demanda expressiva e frequente aos serviços de saúde, vista a intensificação e gravidade das violências, trazendo custos financeiros e humanos.

#### **2.1.4 Patrimonial**

A violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades.

A lesão ao patrimônio da mulher, no âmbito da Lei Maria da Penha, por se tratar de um tipo de violência com nuances mais sutis do que casos de agressão física, por exemplo, muitas das vezes, passa despercebida. Alguns dos objetivos do PNaViD, previstos no artigo 9º, do Decreto 9.586/2018, incidem diretamente sobre as questões que envolvem a segurança patrimonial da mulher. Encontram-se previstos o acesso a direitos econômicos, implementação de formas de independência financeira para as mulheres, e promoção de capacitação profissional. Para mulheres em situação de violência doméstica. Com isso, nota-se que o Poder Executivo, visa combater o quadro de insegurança patrimonial no qual mulheres vítimas de violência familiar e doméstica encontram-se.

## **2.2 Fatores de risco associados á violência contra a mulher**

De acordo com a Revista Brasileira em Promoção da Saúde (2018), a agressão contra a mulher é um fenômeno complexo e multifatorial, pautado em questões de gênero e hierarquia de poder, relacionado à condição de desigualdade da mulher em relação ao homem, construída e naturalizada historicamente. Ressalta-se, assim, a importância de se identificar os fatores associados à violência contra as mulheres, uma vez que aspectos sociodemográficos, comportamentais e culturais podem intensificar a violência praticada pelo parceiro. Considerando a magnitude da violência contra a mulher presente na sociedade, nas relações de gênero e com significativos impactos à saúde, estudos que apontam prevalência e os fatores associados ao tema são de grande importância para dar visibilidade a este agravo e subsidiar políticas públicas que contemplem a diminuição e enfrentamento deste tipo de violência contra as mulheres.

Dentro da temática dos fatores de risco associados a violência contra a mulher se destaca alguns tópicos importantes a serem abordados. Segundo a revista de saúde pública SciElo (2017), a baixa escolaridade destaca-se dentre os fatores de risco socioeconômicos, trazida por Mukanangana, onde 95% das mulheres que sofreram violência sexual por parte de estranhos possuíam nível primário, enquanto Mishra relacionaram ao analfabetismo e a mulher ser do lar, ter baixa escolaridade e baixa renda. Mulheres mais jovens estavam mais propensas a sofrer violência por parte do marido, bem como as com maridos mais velhos (mais de 35 anos). As mulheres jovens (18-24 anos) foram mais expostas à violência sexual. Em relação à religião, as muçulmanas estavam mais propensas à violência por parte dos parceiros íntimos. Aquelas cujos maridos tiveram parceiras sexuais casuais ou mais de uma esposa e mulheres sem filhos foram fatores de risco significativos para sofrer violência do parceiro íntimo. Cor de pele e etnia das mulheres foi abordada nos dois estudos estadunidenses, sendo as negras e não-hispânicas com maior chance de sofrer violência sexual.

O uso de álcool foi o mais frequente dentre os comportamentos relacionados à saúde, seguido do uso de outras drogas e tabaco. A maioria dos estudos remete o uso de álcool pela mulher como fator associado à violência, porém Barrett encontrou associação do uso de álcool pelo parceiro à violência sexual contra a parceira.

O fator de saúde mental esteve associado à violência, com relatos de sintomas de estresse pós-traumático, angústia psicológica e trauma psicológico. No estudo brasileiro, apresenta-se a relação de episódios mistos de mania e depressão, além da depressão e risco para suicídio em mulheres que sofreram violência sexual. Ainda, o medo que a mulher sente do companheiro também foi um fator associado.

Os fatores de saúde sexual e saúde reprodutiva associados à violência foram: infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), gestações indesejadas, abortos ilegais, perda da libido, sangramento vaginal, irritação vaginal, infecção do trato urinário e dor pélvica. Atribui-se também às mulheres que tiveram suas primeiras experiências sexuais antes dos 16 anos, experiências homossexuais e gestações e abortos antes dos 18 anos.

## **2.3 Impacto da violência doméstica**

As vítimas da violência doméstica carregam um sofrimento por marcas visíveis e invisíveis, já que sofrem da violência muitas vezes na presença de pessoas queridas, principalmente dos filhos que também sofrem com a realidade dentro do espaço que deveria ser de apoio e aconchego. Um dos principais problemas da violência contra mulher é o choque que pode causar na saúde das mesmas, essas desordens podem ser físicas ou psicológicas.

### **2.3.1 Impacto da violência doméstica na saúde física das mulheres**

De acordo com Miranda MPM, de Paula CS, Bordin IA (2010) o impacto da violência doméstica na saúde física das mulheres decorre de mecanismos diretos e indiretos. O mecanismo direto envolve agressões físicas, como ataques repetidos ou de alta intensidade, que causam traumatismos (fraturas, hemorragias e deformidades físicas) ou problemas crônicos (dor crônica e osteoartrite). O mecanismo indireto está relacionado ao estresse psicológico crônico, contribuindo para o desenvolvimento de hipertensão arterial, problemas gastrintestinais e geniturinários. Além do impacto no estado psíquico e emocional, a violência doméstica afeta a integridade corporal. Muitos atos violentos resultam em lesões corporais que variam de leves a graves, como socos, tapas, chutes, amarramentos, espancamentos e tentativas de estrangulamento. Mulheres frequentemente buscam atendimento hospitalar com

queimaduras no seio e na genitália, vértebras quebradas, danos cerebrais e ruptura de órgãos, podendo resultar em hemorragias graves e até incapacidade para gerar filhos.

A médica Simone Grillo Diniz (1997) aponta que, contrariamente à crença popular de que a maternidade é um momento sagrado na vida da mulher e, portanto, exige proteção e cuidado, é comum a violência piorar durante a gravidez. Pesquisas realizadas pela autora indicam um alto índice de trauma físico direcionado ao abdômen da mulher. Isso resulta em uma incidência elevada de aborto “espontâneo” e morte neonatal devido a partos prematuros, causados por golpes que levam ao descolamento da placenta, ruptura prematura de membranas, rotura do útero e fratura de pélvis.

Além de deixar marcas nas pessoas diretamente envolvidas, a violência doméstica também afeta muitas vítimas indiretas. Crianças e adolescentes que crescem em contextos violentos frequentemente enfrentam uma série de dificuldades pessoais e interpessoais. É comum que ansiedade, medo e depressão estejam presentes em situações de violência doméstica. Além disso, distúrbios de aprendizagem e comportamentais podem surgir, como falta de atenção, queda no rendimento escolar, irritabilidade e agressividade com colegas. Estudos mostram que crianças que vivem em ambientes domésticos com abuso do cônjuge têm um risco 1.500 vezes superior à média nacional de também serem vítimas de abuso. Além disso, testemunhar violência frequente em casa pode contribuir para o desenvolvimento de um comportamento agressivo. A Organização Mundial da Saúde (OMS) também aponta que crianças vítimas de violência ou abuso sexual têm um risco elevado de se tornarem, posteriormente, perpetradoras de formas semelhantes de abuso em relação a crianças mais novas. Testemunhar violência frequente na casa também pode contribuir para desenvolver um comportamento agressivo.

### **2.3.2 Impacto da violência doméstica na saúde mental das mulheres**

De acordo com a revista Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento (2019), a violência doméstica é um fator de risco que causa danos à saúde da mulher, tanto física quanto mental. Além disso, essa temática está associada a pior qualidade de vida e maior busca por serviços de saúde e internações psiquiátricas. Compreender o

impacto psicológico é crucial para encontrar soluções eficazes de apoio às vítimas e à sociedade. Reconhecer os sinais de sofrimento escondido é essencial para intervenções multidisciplinares, prevenção, tratamento e redução das consequências, bem como para erradicar a incidência da violência doméstica.

Estudos da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), baseados em uma pesquisa realizada em 2003, afirmam que mulheres vítimas de violência têm maior risco de desenvolver transtornos alimentares, abuso de álcool e drogas, além de estresse pós-traumático, depressão, ansiedade, fobias e pânico. A discriminação, insultos verbais, sentimento de perda, maus-tratos e humilhação são características da violência contra a mulher, afetando a autoestima feminina e a capacidade de reação, mantendo o sentimento de inferioridade.

Segundo Ludermir (2008), a diminuição da autoestima nas mulheres que vivenciaram violência, especialmente relacionada à imagem corporal, pode levar a desordens na saúde mental. Vivemos em uma sociedade onde a cultura influencia a busca pelo corpo perfeito, e ferir a imagem de uma mulher pode ter consequências psicológicas significativas levando em grande parte a desordem na saúde mental das mesmas. Muitas mulheres enfrentam sofrimento e medo devido às lesões e cicatrizes que carregam em seus corpos. Embora algumas marcas possam desaparecer com o tempo, aspectos psicológicos como instabilidade emocional e desamparo também afetam a saúde mental das vítimas de violência doméstica. Infelizmente, essa realidade vai além do espaço público: algumas mulheres não conseguem dizer a um profissional que são vítimas de violência doméstica.

O bem-estar e a saúde de uma mulher vítima de violência doméstica ou abuso sexual são severamente afetados por essas experiências. Isso impacta sua saúde pessoal, seu papel como mãe, esposa, geradora de renda ou empregada. Além disso, suas crianças também estão em alto risco de desenvolver problemas sérios de saúde mental ou se tornarem vítimas ou perpetradores na vida adulta. Assim, um ciclo vicioso de violência é criado.

## **2.4 Ciclo da violência doméstica contra a mulher**

A partir de uma entrevista feita pela psicóloga americana Lenore Walker, realizada no ano de 1979, onde ouviu mais de 1500 mulheres vítimas de violência doméstica, observou-se que a violência contra a mulher obedece a um ciclo composto por três fases.

Segundo a Associação Caruaruence de Ensino Superior e Técnico (2020), a primeira fase desse ciclo ocorre com o aumento da tensão entre o agressor e a vítima. Nesse momento, ocorre constante demonstração de posse, ciúmes e agressividade. Pode acontecer a liberação da raiva do agressor, com acontecimentos brandos de violência. O início dessa fase é marcado por agressões verbais, provocações e discussões, que podem evoluir para incidentes de agressões físicas leves. Nesse momento, a mulher vítima sente-se responsável pelas ações agressivas do seu parceiro, procurando justificativas para esse comportamento.

Na próxima fase, toda a tensão acumulada é liberada, encaminhando na violência direta, seja ela física, patrimonial ou sexual. Nessa fase, existe um sentimento de impotência e fragilidade por parte da mulher. Esse momento, por ser considerado o ápice da violência, deveria ser o momento de a mulher/vítima sair em busca de ajuda, tendo em vista que a fase seguinte é o marco para o fim e o início de um novo ciclo, e a cada novo acontecimento, a tendência é aumentar o grau da violência e ocorrer em intervalos de tempo cada vez menores.

Por fim, no terceiro e último estágio, acontece a chamada “Lua de mel”, fase em que o agressor demonstra o seu arrependimento, prometendo-lhe a mudança, por mais que temporária, em seus comportamentos, tentando compensá-la da agressão por ele perpetrada. Nesse momento, a vítima acredita na genuína transformação do seu parceiro e que a violência jamais se repetirá. Portanto, o agressor utiliza o sentimento da mulher para reverter a situação, fazendo com que ela se sinta culpada e acredite que suas ações foram causadoras da violência. O agressor apresenta-se triste, arrependido e ao mesmo tempo romântico, levando a vítima a crer que ele ainda pode ser o homem pelo qual ela se apaixonou.

Apesar da agressão sofrida, a mulher, devido ao processo de socialização histórico, cede aos falsos encantos de seu companheiro. No entanto, o relacionamento amoroso e pacífico dá lugar a novas agressões, reiniciando o ciclo da violência. Embora esse sistema cíclico não se aplique a todos os casos, ele está presente na maioria, marcando a peculiaridade desse tipo de violência e a dificuldade de combatê-la. Os casais envolvidos em violência doméstica formam vínculos patológicos que se retroalimentam em uma progressiva onda de violência, na qual coexistem o ódio (o amor) e o rancor. Isso muitas vezes dificulta a repressão por parte das autoridades. Assim, a mulher fica presa nessa relação violenta, incapaz de encerrar o ciclo de violência sozinha, visto que esses vínculos se fortalecem a cada nova reconciliação.

Existem vários motivos pelos quais a vítima se apega a esse ciclo: crença na mudança, vergonha, dependência econômica e, muitas vezes, medo pela própria vida, especialmente quando ameaçada de morte por parte do agressor.

## **2.5 Legislação e políticas públicas de combate a violência contra a mulher**

A violência nem sempre foi reconhecida como a percebemos hoje: relacionada a abusos outros presentes do código civil, em determinados períodos históricos não eram vistos como um problema social e de risco a vida e integridade dos seres humanos. Foi só quando debatido, que a violência foi reconhecida e criminalizada, o que não aconteceu de maneira tão simples.

Segundo Teles e Melo (2003) as políticas públicas representam um importante instrumento de transformação social e implementação da igualdade de gênero. É preciso criar políticas de incentivo para o desenvolvimento de estratégias de reconhecimento da natureza complexa da violência contra a mulher, para alcançar uma abordagem integral do fenômeno na aplicação de medidas resolutivas.

De acordo com os dados da Oficina do CES (2008) A politização da violência contra mulheres na sociedade brasileira só se tornou possível graças à emergência da segunda onda dos movimentos feministas e de mulheres na década de 1970. Muitas integrantes dos grupos feministas brasileiros provinham dos movimentos de esquerda e de resistência à ditadura militar, lutando tanto pelo fim da ditadura e contra a dominação de classe em geral, como também pelo fim do patriarcado.

A violência doméstica contra mulheres era vista como uma questão comum, atravessando as fronteiras de classe, raça, cor, etnia e ideologia, esta era uma das questões mais importantes para as militantes feministas. A violência política contra mulheres foi um dos temas politizados pelas feministas no final da década de 1970, mas logo foi silenciado pela prevalência do discurso sobre violência doméstica.

No final da década de 1970 e ao longo da década de 1980, casos de assassinato de mulheres tornaram-se alvo de inúmeros protestos e campanhas. Na época, as feministas mobilizaram-se fortemente contra a resposta discriminatória do Judiciário relativamente aos casos de assassinato de mulheres pelos maridos, companheiros ou namorados. A primeira experiência de implantação de uma política pública de combate à violência contra as mulheres no Brasil ocorreu em 1985 com a criação da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher-DEAM. No mesmo ano foi constituído o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Em 1986, foi criada a primeira Casa Abrigo para mulheres em situação de risco de morte do país. Essas três importantes conquistas da luta do movimento feminista no Brasil foram, durante muito tempo, as principais ações do Estado voltadas para o combate da violência contra a mulher.

Ao longo dos anos veio a necessidade das feministas em pressionar a polícia e o Estado para que estes reconhecessem a violência contra mulheres como um crime. Este reconhecimento aconteceu em 1985, quando o governo Montoro, admitindo o machismo endêmico nas delegacias de polícia, criou a primeira Delegacia de Defesa da Mulher. O processo de criação da primeira DDM recebeu intensa cobertura da mídia e trouxe grande visibilidade ao problema da violência contra a mulher.

Em 2001, a Secretaria de Segurança Pública promoveu outra iniciativa importante para fortalecer os serviços a mulheres em situação de violência. Neste ano, o governo Covas criou o programa “Bem-me-quer” para fornecer serviços integrados a mulheres vítimas de violência sexual. O programa gerencia o encaminhamento destas mulheres pelas DDM até o Hospital, no qual médicas legistas fornecem assistência às vítimas e encaminham-nas para um serviço de assistência psicológica prestado por uma entidade da sociedade civil.

Apesar da precariedade do atendimento nas DDM, desde 1985 as delegacias da mulher multiplicaram-se no Estado de São Paulo e em todo o país, constituindo-se na principal política pública de enfrentamento à violência contra mulheres. Há pelo

menos uma delegacia da mulher em cada capital dos 26 Estados da federação e no Distrito Federal. Atualmente, contam-se 398 delegacias da mulher no país, segundo dados da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM).

### **2.5.1 A rede de enfrentamento à violência contra as mulheres**

Segundo Rodrigues (2003) a implementação de políticas públicas é indispensável para a construção da cidadania das mulheres e a igualdade nas relações de gênero. De acordo com a Revista de Pesquisa Interdisciplinar (2017) a primeira experiência de implantação de uma política pública de combate à violência contra as mulheres no Brasil ocorreu em 1985 com a criação da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher-DEAM. No mesmo ano foi constituído o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Em 1986, foi criada a primeira Casa Abrigo para mulheres em situação de risco de morte do país. Essas três importantes conquistas da luta do movimento feminista no Brasil foram, durante muito tempo, as principais ações do Estado voltadas para a promoção dos direitos das mulheres no enfrentamento à violência.

Assim, a política de enfrentamento à violência contra as mulheres foi ampliada no sentido de promover a implantação de novos serviços e de propor a construção de Redes de Atendimento às mulheres em situação de violência.

Desta forma, as ações de enfrentamento à violência contra as mulheres não mais se restringem às áreas da segurança e assistência social, mas buscam envolver diferentes setores do Estado. A Rede de Enfrentamento à violência contra as mulheres surgiu sob a coordenação da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres - Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e tem por objetivo desenvolver estratégias efetivas de prevenção e de políticas que possam garantir o empoderamento das mulheres e seus direitos humanos, a responsabilização dos agressores e a assistência qualificada às mulheres em situação de violência. Desse modo, a Rede de Enfrentamento pretende efetivar os quatro eixos previstos na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (combate, prevenção, assistência e garantia de direitos) e dar conta da complexidade do fenômeno da violência contra as mulheres. A Rede de Enfrentamento à violência contra as mulheres leva em consideração a multiplicidade de serviços e de instituições. Esta diversidade

deve ser compreendida como parte de um processo de construção que visa abarcar a multidimensionalidade e a complexidade da violência contra as mulheres. Para atingir esses objetivos, a Rede de Enfrentamento é integrada por agentes governamentais e não-governamentais que formulam, fiscalizam e executam políticas voltadas para as mulheres. Fazem parte organismos de políticas para as mulheres, ONGs feministas, movimento de mulheres, conselhos dos direitos das mulheres, outros conselhos de controle social e núcleos de enfrentamento ao tráfico de mulheres, serviços/programas que tratam da responsabilização dos agressores, universidades, órgãos federais, estaduais e municipais responsáveis pela garantia de direitos (habitação, educação, trabalho, seguridade social, cultura) e serviços especializados e não especializados de atendimento às mulheres em situação de violência.

Na Rede de Enfrentamento encontram-se os serviços não-especializados e especializados de atendimento à mulher. Os serviços não-especializados de atendimento à mulher, na maior parte dos casos, constituem a porta de entrada da mulher na rede, são eles: hospitais gerais, serviços de atenção básica, programa saúde da família, delegacias comuns, polícia militar, polícia federal, Centros de Referência de Assistência Social, Centros de Referência Especializados de Assistência Social, Promotorias e Defensorias Públicas.

Já os serviços especializados de atendimento à mulher são aqueles que atendem exclusivamente a mulheres, como: Centros de Atendimento à Mulher em situação de violência, Casas Abrigo, Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, Núcleos da Mulher nas Defensorias Públicas, Promotorias Especializadas, Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Central de Atendimento à Mulher, Ouvidoria da Mulher e serviços de saúde voltados para o atendimento aos casos de violência sexual e doméstica.

Portanto, para que o enfrentamento da violência se torne efetivo, é importante que serviços e instituições possam atuar de forma articulada e integrada.

## **2.6 Efeitos da cultura do machismo na perpetuação da violência contra a mulher**

De acordo com a Revista Feminismos (2018), o machismo pode ser concebido como um conjunto de atitudes, comportamentos, percepções de mundo e

normatização, cujo principal tópico é o fato da figura masculina se sobrepor em diversos sentidos ao feminino. Assim, na estrutura da sociedade, desde a infância, os indivíduos são levados a pensar de forma diferenciada a dinâmica de poder: de um lado, ao menino é apresentado um universo de possibilidades que indicam poder monetário, força física e superioridade. Ao contrário, à menina é apresentado o espaço doméstico, a fragilidade e a necessidade de um “protetor”. Essa relação desigual de gênero reproduz o machismo.

A validação do poder masculino se dá, de certa forma, através do processo de criação machista, ratificando a distinção entre os sexos e designando o feminino no em submissão ao masculino. A mulher, no processo de socialização, na lógica patriarcal, produz a exaltação do masculino e a inferiorização do feminino. Isso se dá a uma “distribuição desigual do poder” que comprova a violência contra as mulheres. A existência feminina ainda se encontra submetida a ações, vestimentas, performances e possibilidades que as definem como de um determinado gênero. Em casos de violência sexual contra as mulheres, tais argumentos tornam-se mais evidentes, principalmente em relação aos discursos de culpabilização da vítima, atribuindo a violência sofrida ao uso de roupas, comportamentos “inapropriados” ou à ausência de alguma figura masculina.

Como já citado acima, segundo a UNIPAR (Universidade Paranaense, 2022), as mulheres foram colocadas à margem da sociedade ao decorrer da história em diversos âmbitos de sua existência. Os portugueses colonizadores chegaram ao Brasil por volta de 1500 com a missão jesuíta de catequizar a população indígena. Eles impuseram o catolicismo, uma religião cristã, que enfatizava a estrutura familiar rígida e imutável, composta por pai, mãe e filhos. Nessa estrutura, os papéis de gênero eram bem definidos: o pai era o provedor, a mulher era responsável por parir filhos e os filhos mantinham a riqueza e a instituição familiar. Além disso, mulheres negras escravas cuidavam das tarefas domésticas. Essa cultura machista, originada na colonização, ainda influencia a sociedade brasileira atualmente, manifestando-se em preconceitos relacionados à classe, gênero e raça.

O Brasil atualmente é o 5º país que mais mata mulheres, esse fato tem ligação direta com a educação baseada em uma cultura patriarcal, que associa o homem ao poder e a mulher à submissão. A necessidade de haver a criação de uma lei específica

para tratar da violência praticada contra as mulheres alertam o quanto a desigualdade de gênero está presente na sociedade. A construção das ideias de masculinidades e feminilidades ocorre por meio do convívio social, principalmente nas instituições familiares, escolares e religiosas. O patriarcado impõe um estereótipo de masculinidade que é passado aos homens de geração em geração. Enquanto a sociedade impõe aos homens características como raiva e agressão as mulheres são ensinadas a serem submissas e dependentes aos homens. Com isso, muitas mulheres que são vítimas de violência são silenciadas e negligenciadas devido aos efeitos da cultura do machismo.

## **2.7 Violência contra a mulher e suas interseccionalidades**

Dentro do conceito interseccionalidade, originário do campo de estudos e de ação política do feminismo negro, nota-se como o preconceito em relação às mulheres opera através dos eixos identidade de gênero, raça/etnia, classe social e orientação sexual. Esses eixos fundamentam a base de toda organização social onde se dão as práticas de dominação, discriminação e preconceito, sendo a violência uma consequência sobreposta entre elas.

### **2.7.1 Raça**

De acordo com o Centro Científico Conhecer (2021) na sociedade de classes, a opressão contra as mulheres é produto não apenas do patriarcado, mas da interseção com outros sistemas de hierarquia e dominação ou sistemas estruturantes: o racismo e o capitalismo. Nessa perspectiva, tais sistemas se materializam na chamada sociedade patriarcal-racista-capitalista, que produz as relações sociais de gênero, classe, raça e, conseqüentemente, a opressão que dela deriva. Diante desses fatos, os obstáculos resultantes da pobreza e do racismo fazem com que mulheres negras vivenciem em seu cotidiano múltiplas formas de violência, para além do machismo, entre estas, destacam-se as dificuldades de acesso aos serviços de saúde. Por isso, ainda que exista legislação para contribuir no enfrentamento da violência, há invisibilidade nos casos de violência contra a mulher, dada a falta de

clareza referente à questão de classe e de raça. No contexto da pandemia de COVID-19, as mulheres negras vivenciam uma realidade distinta, as mulheres negras se encontram mais vulneráveis nesse e em outros contextos, já que, em sua maioria, se encontram em espaços de trabalhos precarizados, apresentam baixos índices de escolaridade e altas taxas de chefia familiar, dentre tantas outras questões, como as dificuldades de acesso aos serviços de saúde.

O Atlas da Violência (IPEA, 2020) revela que em 2018, 4.519 mulheres foram assassinadas no Brasil, resultando em uma taxa de 4,3 homicídios por 100 mil habitantes do sexo feminino. Entre 2017 e 2018, houve uma queda de 12,3% nos homicídios de mulheres não negras, enquanto entre as mulheres negras essa redução foi de apenas 7,2%, tornando-as o grupo mais vitimado. Analisando os dados de 2008 a 2018, a diferença se acentua: enquanto a taxa de homicídios de mulheres não negras caiu 11,7%, a taxa entre as mulheres negras aumentou 12,4%.

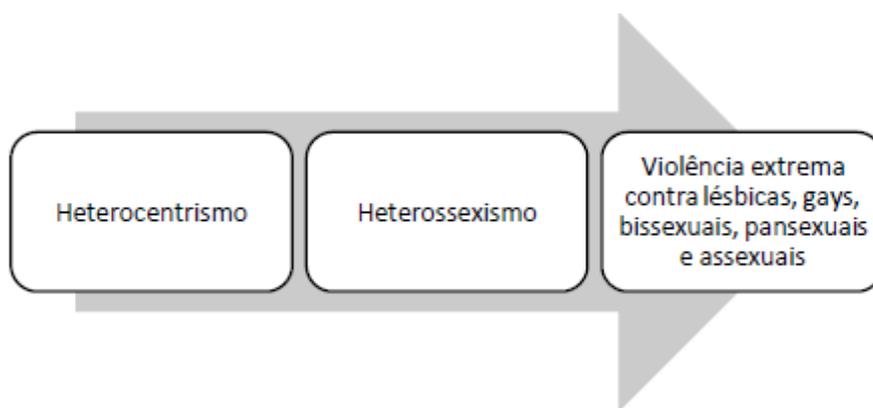
Assim, em uma sociedade de hierarquia racial branca, as mulheres negras, pobres e/ou moradoras de periferias convivem constantemente com a sensação de insegurança, que por si só já é uma forma de opressão. Essa violência, antes de ser materializada, manifesta-se como violência simbólica, remanescente da ordem escravocrata no Brasil. A interseccionalidade entre gênero, raça e classe potencializa a vulnerabilidade das mulheres negras no país, que enfrentam hostilidades físicas e, em última instância, a violência letal que as aniquila.

### **2.7.2 Classe social**

Conforme Saffioti, os grupos sociais marginalizados no Brasil são basicamente formados por mulheres, afrodescendentes, indivíduos de baixa renda e crianças, onde, em termos de hierarquia, a mulher afrodescendente e de baixa renda ocupa a posição mais baixa, e o homem branco, rico e adultos está no ápice. O documento da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2010) também mostra como as mulheres residentes em comunidades socialmente marginalizadas lutam diariamente para sobreviver, educar seus filhos e buscar justiça nas favelas, enquanto enfrentam risco de morte e estão submetidas às imposições do crime organizado, sendo frequentemente usadas como barganha entre facções inimigas, como transportadoras no tráfico de entorpecentes ou subjugadas ao poder corrupto da polícia, que deveria protegê-las. Segundo Saffioti (1989), existem três grandes sistemas de opressão e

exploração em nossa sociedade, que são: a desigual distribuição das classes sociais, o patriarcado e o preconceito racial, que reforçam o processo de vitimização ao qual mulheres, crianças e a parcela de baixa renda da população estão submetidas, uma vez que o poder da sociedade capitalista ocidental é exercido predominantemente pelo homem branco e rico. Com isso, a desigualdade entre as classes sociais é evidente, já que mulheres de classe baixa muitas vezes têm menos poder, tornando-as mais suscetíveis à violência.

Figura 1 - Orientação sexual



fonte: SciELO (2021)

Portanto, o fenômeno da violência contra diversidade sexual, pode ser entendido como um processo sustentado por crenças de superioridade (heterocentrismo e ciscentrismo), as quais fundamentam práticas de invisibilização que são dessensibilizadas no cotidiano. Essas práticas se transformam na violência extrema contra lésbicas, gays, bissexuais, pansexuais, assexuais, transexuais, travestis, pessoas transgênero, pessoas intersexo e em não conformidade de gênero.

### **2.7.3 Orientação sexual**

Segundo os materiais da Revista Universo Psi, a heterossexualidade tradicionalmente ocupa uma posição importante na compreensão do que se entende por orientação sexual, fazendo com que expectativas sociais sobre a sexualidade sejam compartilhadas de acordo com o gênero dos sujeitos. Desse modo, espera-se que homens se atraiam sexual, amorosa e romanticamente por mulheres e vice-versa. As orientações sexuais não heterossexuais são vivências de desejo que foram historicamente condenadas à invisibilidade devido à crença compartilhada da superioridade da heterossexualidade.

### **2.7.4 Identidade de gênero**

De acordo com o PDF da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2007) O conceito de violência contra as mulheres abrange qualquer conduta que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico a uma mulher, tanto na esfera pública quanto na privada, com base no gênero. Essa violência resulta das assimetrias nas relações de poder entre homens e mulheres, que perpetuam a subordinação e desvalorização do feminino em relação ao masculino. A violência baseada no gênero é uma forma de discriminação direcionada às mulheres por serem mulheres, afetando-as de maneira desproporcional e impedindo que usufruam dos mesmos direitos que os homens. Mesmo no mercado de trabalho, as mulheres são predominantemente destinadas aos espaços de reprodução e cuidado, enquanto os homens ocupam posições de produção, direção e liderança. Essa violência inclui atos que causam sofrimento ou dano físico, mental e sexual, bem como ameaças, coerção ou outras formas de privação de liberdade.

## **2.8 Estratégias de prevenção e intervenção para combater a violência contra a mulher**

Atualmente, vários Estados já investem em políticas de enfrentamento e prevenção da violência contra a mulher. No Brasil, o governo formulou um Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, além de criar uma Secretaria Especial vinculada à Presidência da República para implementar essa política, com o objetivo de fortalecer o espaço, o papel e a importância do feminino na história do país.

Porém, são necessárias estratégias para a prevenção da violência contra a mulher. Em primeira análise, é essencial entender quais são os fatores relacionados a desigualdade de gênero, que de acordo com a Revista Gênero (2017) são: tolerância social da violência contra a mulher, controle masculino das esferas de decisão, limitações à independência feminina nos espaços públicos e privados, estereótipos rígidos de papéis da masculinidade e feminilidade, e relações de grupos masculinos que enfatizam a agressão e o desrespeito às mulheres. Considerando estes fatores de propulsão ou reforço da violência, as ações de prevenção devem ser direcionadas a reverter cada um de tais fatores. As ações de mudança de padrões socioculturais de tolerância à violência contra a mulher devem ser inseridas nas diversas esferas da vida social, como locais de trabalho, escolas, organizações comunitárias, clubes esportivos, imprensa, cultura popular e outros. Assim, as ações de prevenção devem: questionar a tolerância da violência contra a mulher, promover a independência e o poder de decisão da mulher nos espaços público e privado, questionar os papéis estereotipados de gênero, estimular a autoconfiança nas mulheres, fortalecer relações igualitárias e respeitadas entre homens e mulheres, promover e normalizar a igualdade nas relações entre homens e mulheres. Estas ações são consideradas fundamentais para reduzir os fatores de desigualdade de gênero. Ademais, devem ser enfrentados os fatores de reforço da violência, questionando a normalização da violência como um comportamento de afirmação da masculinidade, prevenir a exposição à violência, combater a educação machista, incentivar a inclusão de homens no processo de construção da igualdade nas relações de gênero, e promover de forma mais ampla a igualdade nas relações sociais. As estratégias para implementar tais ações para combater essa violência, seriam programas de

participação direta, mobilização comunitária e desenvolvimento de cultura organizacional.

Outra estratégia é o engajamento da mídia em divulgar casos de violência doméstica e propor na agenda pública sua discussão, como estratégia de influenciar a visão da sociedade sobre o tema. As políticas públicas de promoção dos direitos das mulheres reconhecem que a imprensa e a arte são fontes relevantes de informação e cultura, moldando as normas sociais, atitudes dos indivíduos e discursos sobre gênero, podendo reforçar ou questionar os estereótipos.

### **2.8.1 Família**

O artigo do Seminário Internacional de Educação no MERCOSUL aborda a questão de violência da mulher e sua manutenção proveniente de uma educação machista. Este comportamento é entendido por uma tradição, passada de gerações para gerações, tal violência de gênero perpetua-se ao longo da história. O machismo é reconhecido pelo senso comum como a cultura de superioridade, exercido pelo homem no que se refere ao seu modo de pensar e agir de forma a subjugar o sexo feminino na compreensão de inferioridade. Cabe ressaltar que principalmente as mulheres que estão sob seus domínios. Diante desses fatos, é visto que está diretamente ligado à educação familiar.

O mundo contemporâneo valoriza a diversidade e implementa políticas públicas para reduzir desigualdades e garantir direitos. No entanto, ainda persistem preconceitos em relação às mulheres. A educação machista, transmitida por padrões culturais, perpetua estereótipos de gênero, em que o homem assume papel de provedor e é o responsável pela segurança e pelo bem-estar de sua família. Toda essa educação patriarcal, em que homens e mulheres reproduzem esses conhecimentos e comportamentos, vem através de padrões culturais patriarcais.

A educação machista está em casa, em frases que são ditas a crianças, como: “isto é coisa de menino”, “rosa é cor de menina e azul é cor de menino”, “bata como um homem”, em que tudo o que é fraco e ruim é comparado ao feminino e o que é forte e traz orgulho é comparado ao masculino, e essas desconstruções de conceitos devem ser feitas desde o nascimento. É essencial desconstruir esses conceitos desde a infância, abandonando a ideia de que a mulher se limita a atividades domésticas e cuidado familiar. A desmistificação da hierarquia familiar é crucial, pois diminui a

ligação da mulher com esse ciclo, com o entendimento dos preceitos desde cedo na sua educação, bem como na educação masculina. É necessário que sejam estabelecidos esforços com capacidade de desconstruir a cultura machista.

### **2.8.2 Escola**

De acordo com a ENDICA / Escola Nacional de Socioeducação (2022) a violência contra a mulher ocorre em diferentes aspectos, por exemplo, por meio de assédio, exploração sexual, estupro, violência psicológica, feminicídio, tortura, perseguição, agressão familiar ou por parte do cônjuge. Ela se intensifica a cada dia e a evasão escolar é identificada como sua raiz. A educação escolar desempenha um papel crucial no combate a essa questão, buscando prevenir atitudes prejudiciais que perpetuam a violência. Ao promover a formação cidadã dos estudantes, a educação escolar aborda práticas sociais, culturais, políticas e educativas, criando um ambiente de paz e responsabilidade. Isso ajuda os indivíduos a compreenderem o significado da cidadania, reconhecendo seu compromisso com a sociedade e a importância de seguir regras para o bem comum.

Diante desses acontecimentos, o ambiente escolar favorece a promoção de campanhas sobre situações vivenciadas no cotidiano pelas adolescentes em relação à violência doméstica. Assim, esse espaço de debates e discussões se torna um lugar propício para articular ações normativas, pedagógicas e sociais no enfrentamento da violência contra a mulher. A Lei 14.164, de 10 de junho de 2021, diz que a prevenção da violência contra a mulher deve ser incluída nos currículos da educação básica como um tema transversal e de caráter expositivo. Essa normativa pode estimular a reflexão crítica da comunidade escolar sobre a prevenção e o combate à violência contra adolescentes. Além disso, a lei sugere a criação da Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher como um meio de promover a discussão e conscientização dessa problemática por meio de práticas pedagógicas.

### **2.8.4 Mídia**

Segundo o Jornal Eletrônico, os jornais surgiram no início do século XIX, durante a Revolução Industrial e o advento da democracia representativa. Eles

desempenham um papel fundamental nas instituições da democracia moderna. A mídia, hoje, é considerada uma das agências informais do sistema de justiça, pois pode condenar, absolver, orientar investigações e até mesmo investigar crimes. Isso confere a ela uma grande responsabilidade. A imprensa desempenha um papel estratégico na formação da opinião pública e na pressão por políticas públicas. No entanto, análises mostram que, frequentemente, as coberturas jornalísticas reforçam estereótipos e culpabilizam as mulheres, abordando o feminicídio de forma sensacionalista e desrespeitando as vítimas e suas famílias.

De acordo com o estudo de comparação de Bieneck e Krahé (2011), nas notícias sobre casos de estupro, a culpa atribuída à vítima é maior que nas notícias de roubos. Tal pesquisa confirma que existe benevolência com o criminoso nos crimes de estupro. A mídia brasileira, apesar de avançar na luta contra a cultura de violência de gênero, ainda contribui para a revitimização e culpabilização. A imprensa reforça o sistema patriarcal e de dominação masculina, retratando o assassinato de mulheres como crime passional. Coberturas jornalísticas frequentemente perpetuam estereótipos e culpam as mulheres, justificando os atos criminosos cometidos contra elas. No entanto, dada a ampla influência das mídias sociais, é crucial que elas conscientizem o público sobre os casos de violência contra a mulher, evitando a compatibilização com o crime. Além disso, a imprensa desempenha um papel importante na desconstrução de estereótipos de gênero.

## **2.9 Lei Maria da Penha**

De acordo com o Colóquio Estadual de Pesquisa Multidisciplinar (2016) o fenômeno da violência contra a mulher é a soma de um trajeto histórico, em que os discursos e hábitos construídos apontam para um cenário muitas vezes de perpetuação e continuidade. No entanto, é preciso pensar que este resultado histórico, pode ser minimizado por meio de políticas públicas de conscientização e valorização da mulher. Neste sentido, em 2006 foi sancionada a Lei 11.340 que institui a Lei Maria da Penha, criando mecanismos para combater e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Uma lei com nome de mulher e a favor das mulheres.

De acordo com a revista científica brasileira SciELO o movimento feminista foi um ato fundamental no processo de elaboração e aprovação da lei denominada Maria da Penha. A Lei Maria da Penha tipifica a violência doméstica como qualquer ação ou omissão baseada no gênero que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico ou dano moral ou patrimonial às mulheres. Ela se aplica a qualquer relação íntima de afeto, independentemente de coabitação. A lei abrange três eixos de intervenção: medidas criminais para punir a violência, proteção da integridade física e dos direitos da mulher, e prevenção e educação para evitar a violência e a discriminação de gênero. A Lei Maria da Penha trouxe medidas mais rigorosas contra agressores e a possibilidade de resolução de situações de violência e é fundamental para combater a violência contra a mulher. Não há dúvida que a Lei veio para ficar, através dela a violência contra a mulher foi colocada em pauta como um direito humano fundamental para as mulheres, além de que, ela foi apropriada pela população e entendida como um direito pelas mulheres.

Apesar de sua grande efetividade, a Lei Maria da Penha apresenta algumas limitações. Segundo a revista científica brasileira SciELO (2013) existem as duas situações que dificultam a aplicação das medidas protetivas: O conteúdo do relatório detalhado frequentemente não oferece ao juiz informações suficientes para decidir sobre a necessidade das medidas e a falta de coordenação entre o judiciário e a rede para tomar providências quando o agressor desrespeita as medidas. Em Porto Alegre, as mulheres disseram não se sentir seguras em relação à cessação das agressões e ameaças, pois os agressores não são responsabilizados e o sistema policial quando acionado não responde aos pedidos de proteção com a rapidez e presteza necessárias ou ainda quando realiza o contato com a mulher mostra-se incapaz de oferecer ajuda. Apesar dos relatos, o Estado ainda não garante segurança às mulheres nem pune o desrespeito às medidas judiciais. Isso leva muitas vítimas a não denunciarem, principalmente por medo de agravos. Algumas, após registrar ocorrências, retornam para casa por falta de opções ou por orientação dos operadores. É crucial que as vítimas se sintam protegidas não apenas para denunciar, mas também para manter a denúncia. Além disso, a falta de recursos, tanto estruturais quanto humanos, dificulta a aplicação efetiva da Lei Maria da Penha.

Para efetivar a Lei, é crucial que os serviços trabalhem de forma integrada, formando uma rede de enfrentamento à violência. Isso envolve ação interdisciplinar e

equipes compostas por profissionais das áreas psicossocial, jurídica e de saúde para orientar e cuidar das vítimas. A Lei prevê centros de atendimento multidisciplinar para mulheres em situação de violência, programas educacionais e encaminhamento dos agressores a programas de atendimento e proteção. No entanto, a lei sozinha não é suficiente, é necessário investir em recursos materiais, humanos e financeiros, além de desconstruir os mecanismos ideológicos que perpetuam desigualdades de gênero.

### **2.9.1 O que é agressão**

De acordo com SciELO Brasil (2011) a violência sempre foi uma maneira pela qual as pessoas se relacionam para oprimir, dominar e subjugar outras. Além disso, muitas vezes é usada como meio para atingir objetivos específicos (Ferrari & Vecina, 2002; Fuster, 2002). No contexto da violência contra a mulher, movimentos sociais, como o feminismo, e pesquisas sobre a situação das mulheres no mundo têm destacado as sequelas resultantes das agressões que elas sofrem (sejam elas físicas, psicológicas, familiares ou sociais). Esses fatores contribuíram para que a violência deixasse de ser considerada uma questão privada e se tornasse um problema de saúde pública (Souza & Adesse, 2005; Villela & Lago, 2007).

Apesar dos avanços significativos na luta contra a violência exercida contra as mulheres, exemplificados pela promulgação da Lei no 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, ainda é possível observar o uso da violência contra elas. Certas formas de agressão são permitidas e até toleradas pela sociedade. Por exemplo, a violência física perpetrada por maridos ou companheiros é apontada como a principal forma de agressão contra as mulheres. Isso não significa que outras formas de violência, como a psicológica, sexual e negligência, não ocorram em conjunto (Azevedo, 1985; Marcos, 2005).

Apesar das estatísticas alarmantes relacionadas à violência contra a mulher, é difícil obter o número real de mulheres que sofrem agressões diariamente. Isso ocorre principalmente porque muitas mulheres são vítimas de violência dentro de suas próprias casas, inicialmente por parte do pai ou irmão e, posteriormente, pelo marido ou namorado (Bedone & Faundes, 2007; Villela & Lago, 2007). Subjugadas por esse histórico de relações violentas, elas frequentemente se calam, temendo que atos

ainda mais graves ocorram contra elas. De fato, a probabilidade de sofrer agressões mais severas, incluindo homicídio, aumenta significativamente após a mulher decidir abandonar a relação conjugal (Ferrari & Vecina, 2002).

### **2.9.2 Como era a agressão no passado**

De acordo com SciELO (2015) antes da implementação da Lei Maria da Penha, Nobre (2009) destacou os seguintes desafios enfrentados: a ausência de infraestrutura adequada e a deterioração das condições de trabalho, a formação dos policiais e a percepção da organização policial e do sistema jurídico que mantêm valores e crenças relacionados à violência doméstica. Além disso, a escritora já salientava, naquela época, a “discordância” entre as necessidades das mulheres por reconciliação e assistência e as responsabilidades da Polícia Civil no sistema de segurança pública, como discutiremos a seguir.

Naquele tempo, havia uma grande insatisfação com a lei nº 9.099/95, que tratava dos juizados especiais criminais e, embora não fizesse referência específica à violência contra a mulher em seu texto, era aplicada para julgar esses casos (BRASIL, 1995). De acordo com essa legislação, os casos de violência doméstica eram vistos como crimes de menor potencial ofensivo, geralmente resultando em penalidades financeiras, como o pagamento de cestas básicas pelo agressor, entre outras. O uso frequente dessa lei teve consequências prejudiciais no tratamento desse tipo de violência, gerando insatisfações e resistências no movimento feminista, conforme aponta Bandeira (2009). A solução do Estado brasileiro para resolver parte desses problemas surgiu com a criação e implementação da Lei Maria da Penha.

### **2.9.3 Como surgiu a agressão**

De acordo com SciELO Brasil (2003) podemos ressaltar certos pontos de concordância, como um acordo geral sobre a ineficácia do uso direto do conceito de instinto para entender a agressão física entre humanos. Até mesmo abordagens com orientação biológica, como a etologia, passaram por revisões significativas, resultando em uma reavaliação da distinção tradicional entre comportamentos inatos e aprendidos (Lorenz, 1995). Em contrapartida, as discrepâncias entre as várias

perspectivas são mais evidentes. Um exemplo claro pode ser observado na discussão sobre o impacto da frustração na origem da agressão, particularmente na oposição entre a abordagem comportamentalista de Dollard e seus colegas e a teoria da aprendizagem social de Bandura. Outro exemplo pode ser encontrado nas consequências das reações catárticas - contrastando teorias como a psicanálise e a etologia com os achados recentes de pesquisas, ou ainda nas diversas classificações da agressão.

Em relação à explicação do comportamento agressivo, não há consenso sobre a validade exclusiva de uma abordagem biológica. Por exemplo, a teoria da aprendizagem social, inicialmente formulada por Albert Bandura, atribuía um papel secundário aos fatores biológicos. Isso não significa que esses fatores fossem ignorados; a aprendizagem social explica como adquirimos e mantemos comportamentos, mas dentro dos limites impostos pela biologia. Bandura enfatizou que a aprendizagem só pode ser compreendida no contexto social e está ligada à cognição. Ele argumentou que o comportamento é determinado pela interação entre influências pessoais e ambientais. Mesmo em atualizações recentes, Bandura não desconsidera a biologia, mas critica o foco excessivo nos processos neurais, alertando contra o reducionismo. Essa crítica também se estende ao que ele chamou de 'evolucionismo unilateral', ou seja, a tendência de atribuir causas biológicas ao comportamento humano com base nas pressões seletivas ao longo da evolução da espécie.

#### **2.9.4 Como é tratado esse assunto atualmente**

De acordo com o artigo Mariolinda Caiado (2021) hoje em dia, com quase uma década e meia de aplicação da Lei, reconhecida como uma das mais progressistas nessa matéria, instituiu estratégias eficazes de luta contra todas as formas de violência contra as mulheres e estabeleceu medidas de segurança, apoio e defesa para mulheres em situação de violência.

As delegacias femininas se estabeleceram como a política pública primordial no combate à violência contra as mulheres e são atualmente identificadas como a única estratégia de alcance nacional que tem existido de maneira contínua desde a década de 1980.

Conforme um estudo divulgado pelo jornal Folha de São Paulo (2020), apenas 7% das cidades brasileiras possuem delegacias especializadas no atendimento à mulher. Dos 5,5 mil municípios do Brasil, somente 427 contam com uma Delegacia de Atendimento à Mulher. Esses estabelecimentos, que oferecem suporte a mulheres que foram vítimas de crimes sexuais e violência doméstica, estão presentes em apenas 7% das cidades do país. Além disso, esse número tem diminuído: em 2014, existiam 441 delegacias dedicadas ao atendimento feminino no Brasil; em 2019, esse número reduziu para 417.

Ao superar os obstáculos para registrar uma denúncia, a mulher que sofreu violência precisa enfrentar outro processo intrincado: o de provar o delito. Isso porque algumas formas de agressão não deixam marcas físicas - como é o caso da violência psicológica.

A violência psicológica muitas vezes se manifesta de maneira silenciosa, tornando-se, em alguns casos, até mesmo normalizada perante a vítima ou a sociedade. Isso marca o início da ineficácia, pois mesmo havendo previsão legal, não existe a ação e nem a “fiscalização” necessária para combater tais atos. (LIMA; LEÃO. 2019.)

A ineficácia da punição da violência psicológica é um assunto bastante relevante e necessário de ser debatido, pois precisamos entender as razões pelas quais a lei não consegue ser aplicada efetivamente, já que o legislador tenta estabelecer o que deve ser feito diante de determinados comportamentos errôneos contra a mulher. Com isso, devem-se analisar especificamente quais condutas omissivas estão causando lacunas na punição, para que o agressor continue cometendo tais atos sem sofrer nenhuma penalidade. (LIMA; LEÃO. 2019.)

Ocorre que essa descredibilização que muitas vezes é sofrida pela vítima, causa a ineficácia do processo, pois a todo momento ela é mais questionada sobre a veracidade dos fatos mencionados, ainda mais quando esses não causaram ou deixaram hematomas. E isso, conseqüentemente, gera o silenciamento da vítima.

Sobre o tema, a promotora de Justiça do Ministério Público de São Paulo Silvia Chakian, do GEVID (Grupo de Atuação Especial de Enfrentamento à Violência Doméstica), em uma matéria ao BBC Brasil (2017) destaca alguns motivos que levam as mulheres a deixarem de denunciar casos de assédio e violência sexual, e um dos motivos listados é o “medo de que ninguém acredite nelas”, tratando sobre a importância que se deve dar à palavra da vítima, mas que até então é vista com

desconfiança. E chega a dizer que "Não raramente as declarações da vítima vão ser as únicas provas da violência sexual. Mas a palavra da mulher ainda é vista com desconfiança".

Quando as mulheres conseguem ultrapassar essa barreira da denúncia, enfrentam a indiferença, o preconceito e a omissão das instituições policiais que estão desqualificadas e despreparadas para receber esse tipo de denúncia, gerando insegurança e a descredibilidade das falas apresentadas por elas. Por isso, atualmente se torna necessário uma visão além, e mais para a humanização do atendimento, pois somente ela permitirá à mulher ter o apoio e a força necessários para seguir adiante com a denúncia.

Nesse sentido, essa maior empatia dos agentes se encaixa ainda mais no momento nos crimes contra a liberdade sexual, onde a palavra da ofendida geralmente é o único meio de prova existente, considerando-se ainda o alto número de casos e as diversas consequências danosas que acarretam, consequências estas intensificadas pela vitimização secundária, por ter que seguir a uma delegacia de polícia, aguardar para ser atendida, passar por um exame de corpo de delito, prestar depoimento em juízo, enfim, estará à disposição do Estado para que o autor do crime seja punido. Deste modo, objetivou-se identificar os estereótipos de gênero e morais atribuídos historicamente à mulher na sociedade brasileira, demonstrando que estes estão presentes também no sistema judicial criminal.

### **2.9.5 Quantas mulheres são agredidas (estatísticas no estado do Paraná e São Paulo)**

De acordo com SciELO saúde pública (2021) projeções divulgadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) demonstram que a agressão física contra a mulher é um fenômeno global, e a proporção de mulheres que enfrentam violência física de seus parceiros oscila entre 13% no Japão e 61% em certas áreas do Peru. Além disso, 38% dos homicídios femininos são perpetrados por um parceiro próximo. Nos Estados Unidos, uma em cada quatro mulheres declara ter sido vítima de agressão física por seu parceiro, enquanto em Gana essa estatística aumenta para 28%.

No Brasil, 1,6 milhão de mulheres foram vítimas de agressões físicas ou tentativas de asfixia em 2018, o que equivale a três ataques por minuto. Outra

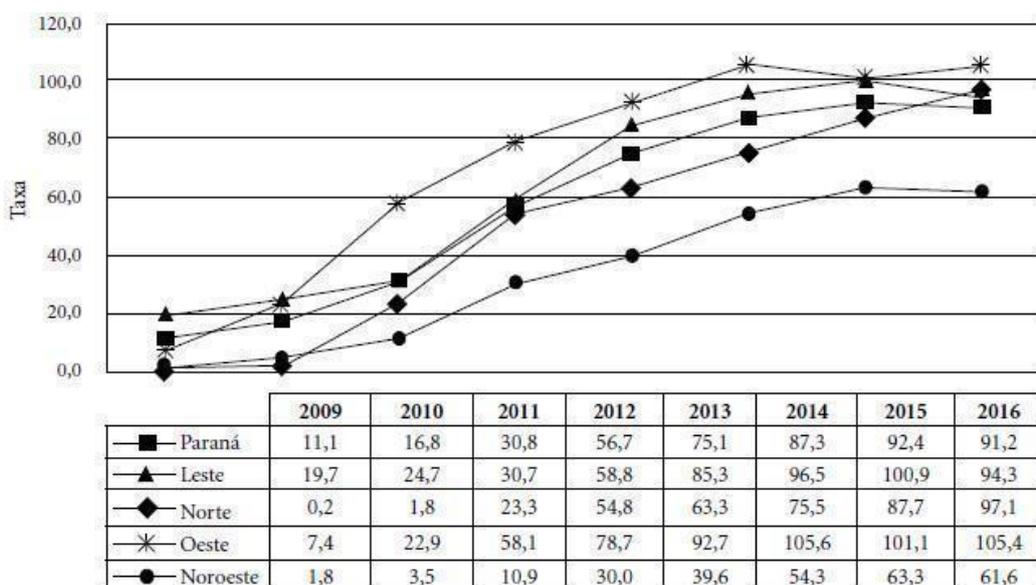
informação alarmante revela que 76,4% das mulheres apontaram que o agressor era alguém conhecido.

Pesquisas indicam que entre os elementos associados à agressão física contra a mulher por um parceiro íntimo estão a baixa escolaridade e renda, pertencer a minorias étnicas e ter sido exposta à violência na infância. Em contraste, a participação das mulheres no mercado de trabalho e na comunidade, assim como o suporte social e de redes, atuam como fatores de proteção contra esse tipo de violência.

Essa pesquisa buscou examinar a evolução ao longo do tempo da agressão física contra a mulher cometida pelo parceiro íntimo no estado do Paraná de 2009 a 2016.

Registrou-se um total de 14.793 incidentes de violência física contra mulheres, cometidos por parceiros íntimos, no Paraná entre 2009 e 2016. A taxa de notificação de violência física entre mulheres de 20 a 59 anos aumentou de 11,1 casos por 100 mil mulheres em 2009 para 91,2 em 2016. É notável a região Oeste, com uma taxa de 105,4 notificações por 100 mil mulheres em 2016.

Gráfico 1 - Paraná



fonte: SciELO (2021)

O estudo de regressão polinomial revelou um aumento progressivo nas taxas de agressão física contra mulheres cometida por parceiros íntimos em todas as grandes regiões de saúde e no estado do Paraná. A taxa média mais alta foi observada na grande região Oeste (68,43/100 mil mulheres), e a mais baixa na grande região noroeste (27,84/100 mil mulheres). No entanto, a região Norte exibiu o maior aumento médio anual nas taxas (15,97%).

Tabela 1 – Região Oeste

	2009-2012		2013-2016		Modelo	R <sup>2</sup>	p	Tendência
	n	Tx	n	Tx				
Paraná	3596	29,1	11197	86,6	$y=52,02 + 14,84x$	0,97	<0,001	Crescente
Leste	2001	33,7	5892	94,3	$y=57,69 + 15,63x$	0,97	<0,001	Crescente
Norte	443	20,2	1834	81,0	$y=43,74 + 15,97x$	0,98	<0,001	Crescente
Oeste	910	42,2	2287	101,2	$y=68,43 + 15,12x$	0,92	0,002	Crescente
Noroeste	242	11,7	1184	54,8	$y=27,84 + 11,32x$	0,99	<0,001	Crescente

fonte: SciELO (2021)

Dentre os companheiros íntimos, o esposo foi o agressor predominante. Contudo, no Paraná, observou-se um incremento de 20,9% nas agressões por ex-esposos e 18,7% por parceiros(as). Na região Noroeste, essas estatísticas são ainda mais preocupantes, visto que houve um acréscimo de 48,8% nas agressões por ex-esposos e 24,0% por parceiros(as). Destaca-se também o crescimento de 23,1% nos incidentes de agressão por ex-parceiros(as) na região Oeste, um dado que se distingue das demais regiões de saúde e do estado.

Tabela 2 – Região Noroeste

Macrorregional	2009-2012		2013-2016			Total	Var %	
	n	%	Tx	n	%			Tx
Paraná	3.596	100	29,1	11.197	100	86,6	14.793	
Cônjuge	2.666	74,1	21,6	7.803	69,7	60,3	10.469	-6,0
Ex-cônjuge	617	17,2	5,0	2.322	20,7	18,0	2.939	20,9
Namorado(a)	178	4,9	1,4	658	5,9	5,1	836	18,7
Ex-namorado(a)	135	3,8	1,1	414	3,7	3,2	549	-1,5
Leste	2.001	55,6	33,7	5.892	52,6	94,3	7.893	-5,4
Cônjuge	1.479	73,9	24,9	4.082	69,3	65,3	5.561	-6,3
Ex-cônjuge	376	18,8	6,3	1.341	22,8	21,5	1.717	21,1
Namorado(a)	83	4,1	1,4	292	5,0	4,7	375	19,5
Ex-namorado(a)	63	3,1	1,1	177	3,0	2,8	240	-4,6
Norte	443	12,3	20,2	1.834	16,4	81,0	2.277	33,0
Cônjuge	322	72,7	14,7	1.300	70,9	57,5	1622	-2,5
Ex-cônjuge	67	15,1	3,1	327	17,8	14,5	394	17,9
Namorado(a)	30	6,8	1,4	135	7,4	6,0	165	8,7
Ex-namorado(a)	24	5,4	1,1	72	3,9	3,2	96	-27,5
Oeste	910	25,3	42,2	2.287	20,4	101,2	3.197	-19,3
Cônjuge	686	75,4	31,8	1.627	71,1	72,0	2313	-5,6
Ex-cônjuge	142	15,6	6,6	421	18,4	18,6	563	18,0
Namorado(a)	50	5,5	2,3	140	6,1	6,2	190	11,4
Ex-namorado(a)	32	3,5	1,5	99	4,3	4,4	131	23,1
Noroeste	242	6,7	11,7	1.184	10,6	54,8	1.426	57,1
Cônjuge	179	74,0	8,6	794	67,1	36,7	973	-9,3
Ex-cônjuge	32	13,2	1,5	233	19,7	10,8	265	48,8
Namorado(a)	15	6,2	0,7	91	7,7	4,2	106	24,0
Ex-namorado(a)	16	6,6	0,8	66	5,6	3,1	82	-15,7

fonte: SciELO (2021)

Quanto às características sociodemográficas da mulher que sofre violência, é notável uma alteração no perfil das notificações. No primeiro quadriênio da pesquisa, a taxa de agressão física contra a mulher, cometida pelo parceiro íntimo, foi mais alta na faixa etária de 30-39 anos (38,5/100 mil). No entanto, no segundo quadriênio, foi maior na faixa dos 20-29 anos (39,1/100 mil), representando um crescimento de 1,9% nas notificações nesse grupo etário. É importante enfatizar também o crescimento de

10,2% nos casos de agressão física por parceiro íntimo em mulheres de 50-59 anos de idade.

Tabela 3 – Faixa etária de mulheres que sofrem agressão física.

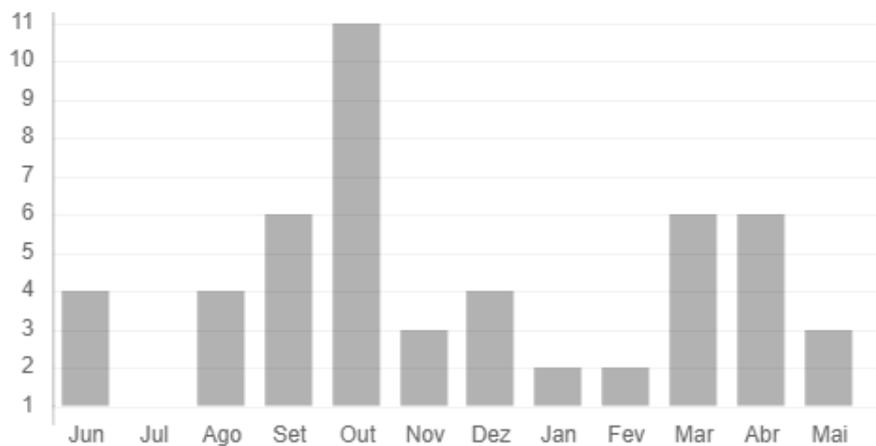
Características	2009-2012			2013-2016			Total	Var %
	n	%	Tx	n	%	Tx		
Idade	3.596	100	29,1	11.218	100	86,6	14.793	
20-29 anos	1.381	38,4	37,8	4.389	39,1	120,6	5.770	1,9
30-39 anos	1.288	35,8	38,5	3.860	34,4	109,8	5.148	-3,9
40-49 anos	689	19,2	22,5	2130	19,0	67,6	2.819	-0,9
50-59 anos	238	6,6	10,3	818	7,3	31,3	1.056	10,2
Escolaridade	3.596	100	29,1	11.192	100	86,5	14.788	
< 8 anos	1.477	41,1	11,9	3.929	35,1	30,4	5.406	-14,5
≥ 8 anos	1.408	39,2	11,4	4.911	43,9	38,0	6.319	12,1
Ign/branco	711	19,8	5,8	2.352	21,0	18,2	3.063	6,3
Raça/cor	3.596	100	29,1	11.197	100	86,6	14.793	
Branca	2.428	67,5	19,6	7513	67,1	58,1	9.941	-0,6
Preta e parda	959	26,7	7,8	3.104	27,7	24,0	4.063	3,9
Amarela	20	0,6	0,2	66	0,6	0,5	86	6,0
Indígena	8	0,2	0,1	55	0,5	0,4	63	120,8
Ign/branco	181	5,0	1,5	459	4,1	3,5	640	-18,6
Meio de agressão*	4.104	100	33,2	13.050	100	100,9	17.154	
Força corporal/espancamento	3.109	75,8	25,1	9.976	76,4	77,1	13.085	0,9
Objeto perfurocortante	360	8,8	2,9	1.138	8,7	8,8	1.498	-0,6
Enforcamento	326	7,9	2,6	954	7,3	7,4	1.280	-8,0
Objeto contundente	198	4,8	1,6	703	5,4	5,4	901	11,7
Arma de fogo	74	1,8	0,6	162	1,2	1,3	236	-31,2
Outros meios	37	0,9	0,3	117	0,9	0,9	154	-0,6

fonte: SciELO (2021)

De acordo com editoras revistas mackenzie (2004) este documento revela os achados iniciais do Estudo Global de Violência em Relacionamentos entre 455 alunos universitários do estado de São Paulo. Foi empregado para avaliar a regularidade e o

modelo de violência entre pares, além de investigar as formas de resolução de conflitos e os impactos das variações socioculturais na origem da violência em relacionamentos. As percentagens mostram taxas expressivas de agressão entre parceiros, com uma predominância na violência psicológica e coerção sexual em comparação à violência física. 78,6% das agressões físicas de maior gravidade são práticas recíprocas entre homens e mulheres.

Gráfico 2 - São Paulo



fonte: SciELO (2021)

### 2.9.6 Técnicas de defesa

De acordo com a Revista Rede de Cuidados em Saúde (2017) para alcançar um estado de total saúde física, mental e social, o sujeito ou o coletivo deve ser capaz de identificar e cumprir suas aspirações, atender suas necessidades e alterar ou ajustar-se ao ambiente” (WHO, 1986). De acordo com as estratégias de prevenção, estas se dividem em 3 categorias: Prevenção Primária, Secundária e Terciária, sendo o foco deste trabalho as Prevenções primária e secundária. Assim, levando para o tema em questão, compreendemos como prevenção primária as abordagens que visam a prevenção da violência antes que ela aconteça e como prevenção secundária as abordagens que focam respostas mais imediatas à violência, como cuidados pré-

hospitalares, serviços de emergência ou tratamento de infecções sexualmente transmitidas resultantes de estupro (DAHLBERG E KRUG, 2002). Além desses níveis de prevenção, existe a autodefesa - campo de várias Artes Marciais como o Jiu-jítsu Brasileiro (BJJ) - que é uma estratégia eficiente e eficaz em ambos os níveis, uma vez que o indivíduo treinado pode tanto antecipar que a violência ocorra (primária); e, caso não haja outra opção, poderá formular uma resposta imediata capaz de possibilitar uma reação rápida, promovendo a autoproteção (secundária). A violência sexual perpetrada pelos homens é em grande parte enraizada em ideologias do direito masculino ao sexo. Esses sistemas de crença oferecem às mulheres poucas opções legítimas de recusar as investidas sexuais.

**FINALIDADES:** Comunicar a vivência de alunos de medicina na implementação das técnicas de Autodefesa para mulheres.

**PROCEDIMENTOS:** Este é um relato de vivência de alunos de medicina na execução de um workshop de autodefesa, conduzido durante a Iniciativa Social denominada outubro Rosa no dia 25 de outubro das 8h às 13h na UNIGRANRIO Barra da Tijuca. A execução da metodologia foi fundamentada em estratégias de defesa do BJJ, com a exposição - por praticantes avançados - das táticas mais efetivas; e, posteriormente, as pacientes e as voluntárias do evento exercitar as técnicas, até que conseguissem replicá-las com certa exatidão.

**RESULTADOS:** As atividades realizadas na tenda de autodefesa incluíram: prática de movimentos específicos, como por exemplo: a fuga de agarramentos laterais, frontais, pelas costas e também defesa de ataques com facas por cima e tapas. Através da criação de uma conexão entre as artes marciais e medicina foi evidente o aumento da autoconfiança daquelas que participaram ativamente do workshop. Muitas das participantes afirmaram não acreditar que fosse possível executar tais movimentos contra alguém de maior porte físico, contudo, após a vivência percebemos que ficou evidente para as participantes a relevância das técnicas e não apenas do tamanho dos envolvidos. Após a replicação das técnicas, as pacientes relataram sentir-se menos vulneráveis e capazes de reagir às agressões em situações de risco de vida.

**FINALIZAÇÃO:** É perceptível que os ganhos da metodologia para o público feminino são expressivos, uma vez que aprimoram uma gama de características corporais e biológicas, além de incrementar a autoconfiança e segurança, proporcionando à mulher que pratica autonomia para enfrentar qualquer

eventualidade que possa surgir. Ademais, os escritores destacam a relevância do exercício de artes marciais como instrumento de preservação da saúde e bem-estar.

## **2.10 Como a tecnologia pode ajudar contra a agressão da mulher**

De acordo com Repositório Institucional (2021) a tecnologia proporciona uma variedade de oportunidades como meio de prevenir a violência contra a mulher. A manipulação de dispositivos móveis, aplicativos, redes sociais, campanhas online, entre outros, são empregados como um recurso de auxílio e proporcionam voz às mulheres que são vítimas de violência.

Ao longo dos anos, a tecnologia passou por um processo evolutivo, passando de simples dispositivos móveis para redes de distribuição via satélite. Paralelamente a essas mudanças, a sociedade foi se adaptando e se tornando cada vez mais usuária dos recursos tecnológicos, e atualmente as informações podem ser acessadas e utilizadas em qualquer lugar e a qualquer momento.

É relevante destacar o uso da internet na era moderna. Além dos aplicativos que foram mencionados, o uso da internet é muito comum nos dias atuais, sendo uma grande referência na disseminação de campanhas, sites, publicidade quando o tema é a proteção da mulher. Por meio das redes sociais, qualquer pessoa tem acesso e compartilha assuntos relacionados ao tema.

Considerando o grande impacto dos perfis nas redes sociais, essa ferramenta é valiosa e significativa para disseminar qualquer assunto. Assim, aplicativos como Facebook, Instagram, TikTok, entre outros, são importantes veículos para levar a informação até o cidadão comum, sendo amplamente utilizados até mesmo por contas oficiais do Estado para disseminar a informação.

Campanhas de conscientização e prevenção são muito empregadas no ambiente virtual da internet. São criados grupos de apoio que mostram, por meio da rede, maneiras eficazes de como a vítima pode agir em diferentes situações de opressão.

## **2.11 Linguagens**

### **2.11.1 Kodular**

De acordo com SobreTudo (2021) a plataforma Kodular que permite o desenvolvimento e criação de aplicativos Android utilizando blocos lógicos de programação.

## **3. METODOLOGIA**

Para desenvolver o projeto, foram empregados métodos como a pesquisa bibliográfica e uma pesquisa quantitativa, que incluiu a análise de artigos científicos, revistas e trabalhos acadêmicos. Essa pesquisa revelou que a plataforma web poderia ser extremamente útil para promover a autodefesa e segurança da mulher, auxiliando no controle de denúncias, especialmente considerando o nível de abusos contra a mulher. Como abordagem, foi realizado um estudo de caso que incluiu uma tabulação de dados com mulheres. A entrevista permitiu uma compreensão mais aprofundada das necessidades delas e como a plataforma poderia apoiá-las. A resposta foi positiva, confirmando que o projeto será de grande ajuda e viável. Por fim, utilizou-se o Visual studio code e seus diagramas para orientar o desenvolvimento do projeto

### **3.1 Pesquisa bibliográfica**

É um método essencial na produção acadêmica e na investigação científica. Consiste na revisão sistemática e crítica de obras publicadas sobre um tema específico, com o objetivo de compreender o estado atual do conhecimento, identificar lacunas e construir uma base teórica sólida para novos estudos. Ao reunir e analisar livros, artigos e outros documentos relevantes, o pesquisador não só se atualiza sobre os avanços da área, mas também fundamenta suas próprias hipóteses e argumentos, contribuindo para o avanço da ciência e da prática profissional.

### 3.2. Pesquisa de Campo

Por se tratar de uma aplicação específica, as perguntas foram realizadas para compreender melhor a situação das mulheres, onde houve a análise e questionamento sobre a tecnologia e organização utilizada para o auxílio das mulheres.

Para enviar essas perguntas para o público-alvo, foi feito um formulário no Google Forms, enviado no dia 23 de maio de 2024, com todas as perguntas para que elas possam responder com mais facilidade e tempo e para que tenhamos o registro de suas respostas.

Figura 2: Primeira pergunta do formulário

1º Qual a sua faixa etária? \*

- 15-24
- 25-34
- 35-44
- acima 44

fonte: Autor próprio (2024)

A questão sobre a faixa etária foi incluída para compreender a faixa etária predominante entre as entrevistadas, o que é essencial para a elaboração de um aplicativo que atenda às necessidades e expectativas dessas usuárias.

Figura 3: Segunda pergunta do formulário

2º Qual seu nível de escolaridade? \*

- Analfabeto
- Ensino fundamental incompleto
- Ensino fundamental completo
- Ensino médio incompleto
- Ensino médio completo
- Ensino superior incompleto
- Ensino superior completo

fonte: Autor próprio (2024)

Essa pergunta tem a finalidade de entender o perfil educacional das entrevistadas, o que pode fornecer insights importantes sobre como adaptar o conteúdo e a interface do aplicativo para denúncias de maneira mais acessível e compreensível para diferentes níveis de escolaridade.

Figura 4: Terceira pergunta do formulário

3º Na sua opinião, quais são os principais obstáculos enfrentados pelas vítimas \* de violência doméstica ao buscar ajuda?

Sua resposta

---

fonte: Autor próprio (2024)

A terceira pretende identificar as barreiras que dificultam o acesso das vítimas a apoio e serviços. As respostas podem incluir questões como o medo de retaliação, falta de confiança nas autoridades, estigmas sociais, e a falta de informações sobre recursos disponíveis. Essa compreensão é fundamental para o desenvolvimento de

estratégias que abordem essas dificuldades, tornando o sistema de apoio mais acessível e eficaz para as mulheres que precisam de ajuda.

Figura 5: Quarta pergunta do formulário

4° Você já testemunhou ou foi alvo de violência contra mulheres em seu círculo social? \*

Sim

Não

fonte: Autor próprio (2024)

A pergunta foi incluída na metodologia do TCC para entender a percepção e a experiência das pessoas em relação à violência de gênero. Esse dado é fundamental para identificar a magnitude do problema na comunidade, ajudando a embasar o desenvolvimento do sistema proposto. Além disso, pode revelar a necessidade de sensibilização e o tipo de apoio que as mulheres podem precisar, contribuindo para a eficácia da solução a ser implementada.

Figura 6: Quinta pergunta do formulário

5° Você acredita que a cultura do machismo influencia o acontecimento da violência contra mulheres? \*

Sim

Não

fonte: Autor próprio (2024)

Essa pergunta foi formulada para avaliar a consciência e a percepção social sobre as raízes culturais da violência de gênero. Compreender como a cultura do machismo é vista pelos respondentes é essencial para fundamentar a necessidade do sistema proposto. Essa informação pode ajudar a direcionar estratégias de conscientização e educação no sistema, visando não apenas o apoio e a denúncia, mas também a transformação de atitudes e comportamentos na sociedade.

Figura 7: Sexta pergunta do formulário

6° Você acredita que as mulheres são negligenciadas quando tentam denunciar casos de violência? \*

Sim

Não

fonte: Autor próprio (2024)

Essa questão visa entender a percepção sobre a eficácia e o acolhimento dos serviços de denúncia. Essa informação é crucial para identificar barreiras enfrentadas pelas mulheres, ajudando a moldar o sistema proposto de maneira a garantir que ele ofereça um suporte adequado e sensível às necessidades delas. Além disso, revela a confiança que as mulheres têm nas instituições, o que pode influenciar sua disposição em usar o sistema.

Figura 8: Sétima pergunta do formulário

7° Você considera que as políticas públicas existentes são eficazes para prevenir e combater a violência contra mulheres? \*

Sim

Não

fonte: Autor próprio (2024)]

Essa pergunta busca avaliar a percepção das pessoas sobre a efetividade das iniciativas governamentais na proteção e apoio às mulheres. Essa avaliação é importante para identificar lacunas e desafios nas políticas atuais, permitindo que o sistema proposto no TCC seja mais bem direcionado para complementar ou melhorar essas iniciativas, garantindo um apoio mais robusto e eficaz.

Figura 9: Oitava pergunta do formulário

8° Na sua opinião, quais são as estratégias mais eficazes para apoiar as mulheres que são vítimas de violência? \*

Sua resposta

---

fonte: Autor próprio (2024)

Essa visa coletar insights e sugestões sobre medidas que podem ser implementadas para fortalecer o apoio às vítimas. Essa informação é valiosa para identificar abordagens práticas e inovadoras que poderiam ser integradas ao sistema proposto, como a criação de redes de apoio, programas de sensibilização, capacitação de profissionais, e melhorias nos serviços de denúncia. Além disso, permite que a pesquisa se baseie em experiências e opiniões da comunidade, aumentando a relevância e a aceitação do sistema.

Figura 10: Nona pergunta do formulário

9° Você acredita que a conscientização sobre a Lei Maria da Penha é suficiente para prevenir a violência contra as mulheres? \*

- Sim
- Não

fonte: Autor próprio (2024)

A nona questão busca avaliar a percepção sobre a eficácia das campanhas de conscientização em relação a essa legislação. Essa análise é importante, pois ajuda a entender se as pessoas acreditam que apenas a divulgação da lei é suficiente ou se são necessárias outras ações, como educação em gênero, apoio psicológico e fortalecimento de redes de proteção. Os resultados podem orientar a elaboração de estratégias mais abrangentes e integradas para a prevenção da violência contra as mulheres.

Figura 11: Décima pergunta do formulário

10° Você acredita que as escolas deveriam incluir conteúdo específico sobre prevenção da violência contra as mulheres na sua educação? \*

- Sim
- Não

fonte: Autor próprio (2024)

A pergunta busca avaliar a opinião sobre a importância da educação preventiva desde a infância. Incluir esse tema no currículo pode ser fundamental para formar uma consciência crítica e promover a igualdade de gênero entre os jovens. A resposta pode indicar a necessidade de políticas educacionais que abordem questões de violência, contribuindo para a construção de uma sociedade mais respeitosa e informada, além de reforçar o papel das escolas na formação de cidadãos conscientes.

Figura 12: Décima primeira pergunta do formulário

11° Na sua opinião, a tecnologia pode ser útil para ajudar no combate a violência \* contra a mulher?

- Sim
- Não

fonte: Autor próprio (2024)

A questão busca explorar a percepção sobre o papel da tecnologia na prevenção e no apoio às vítimas de violência. As respostas podem destacar a eficácia de ferramentas como aplicativos de denúncia, plataformas de apoio online e redes sociais para sensibilização. Além disso, essa questão pode ajudar a identificar inovações tecnológicas que poderiam ser integradas ao sistema proposto, ampliando o alcance e a eficácia das ações de combate à violência.

Figura 13: Décima segunda pergunta do formulário

12° Se houvesse um aplicativo que promovesse a segurança e a autodefesa das mulheres, você o utilizaria? \*

Sim

Não

fonte: Autor próprio (2024)

A última pergunta visa avaliar a disposição das pessoas em adotar soluções tecnológicas para sua proteção. As respostas podem revelar a aceitação e a confiança em ferramentas digitais para a segurança pessoal, além de indicar quais recursos seriam mais valorizados, como alertas, informações de autoajuda ou redes de apoio. Essa informação é crucial para o desenvolvimento de um aplicativo eficaz que realmente atenda às necessidades das usuárias.

### 3.3. Diagramas

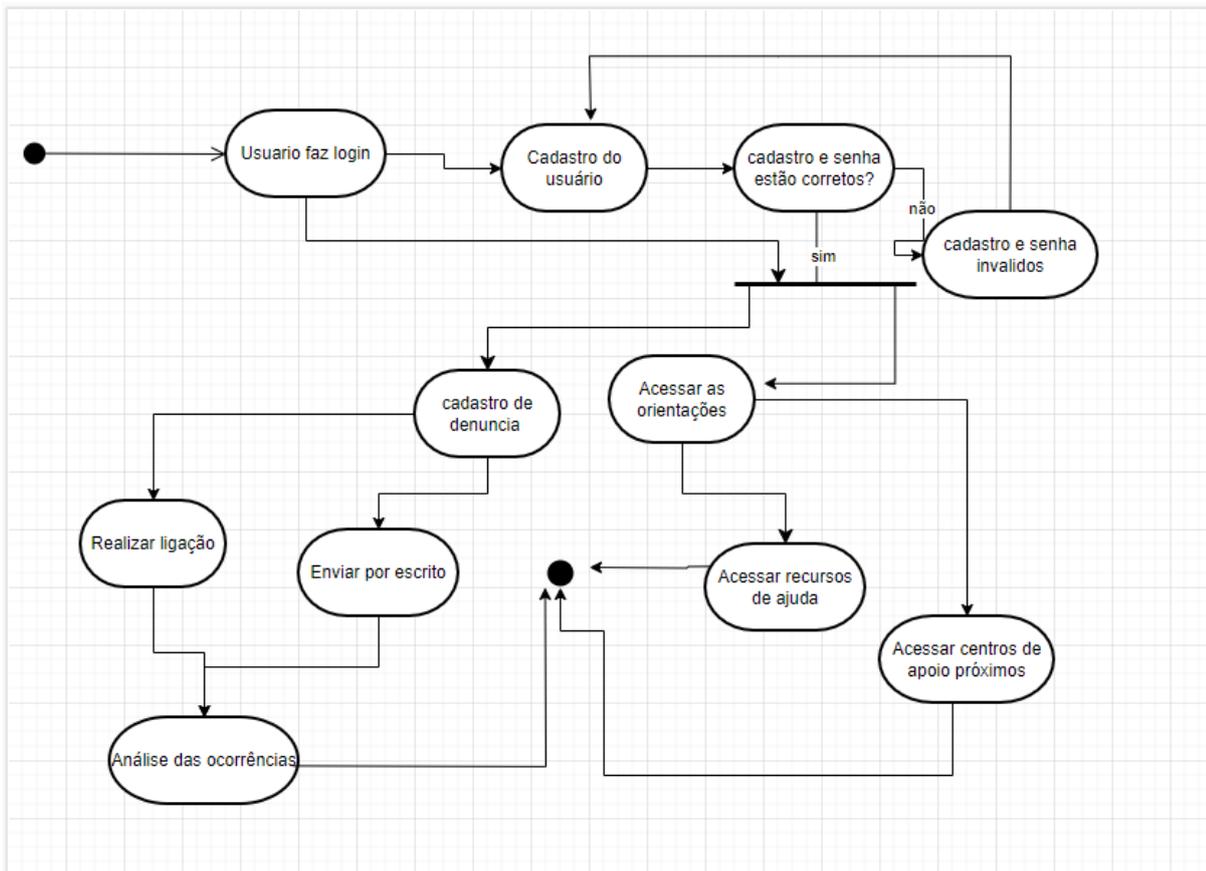
Um diagrama é uma representação gráfica usada para mostrar um esquema simplificado ou resumo de um projeto. Geralmente é composto por palavras-chave ou conceitos ligados por linhas, setas e formas geométricas que descrevem o raciocínio que deve ser seguido para possibilitar a compreensão do tema. No projeto foram utilizados diversos diagramas, entre eles o Diagrama de Atividade tendo o objetivo de mapear a relação entre o cliente e o gerente do projeto. Utilizou-se o Diagrama de Caso de Uso para identificar todas atividades que o cliente, gerente e administradores poderiam fazer dentro da plataforma. O Diagrama de Classe foi responsável por listar os métodos necessários de cada entidade do projeto.

#### 3.3.1 Diagrama de atividade

O Diagrama de atividades foi criado para modelagem de processos, pode envolver diversos objetos, pode implicar de forma diferente em cada objeto. Retângulos de cantos arredondados representam ações, caixas representam os objetos e a linha que percorre o diagrama representa o fluxo no projeto. Uma atividade só pode ser processada após todas as atividades anteriores terem sido executadas,

para assim desencadear as restantes. O diagrama de atividades permite que sejam tomadas decisões durante o processo, essa é a demonstração aplicada no nosso projeto:

Figura 14: Diagrama de Atividade.

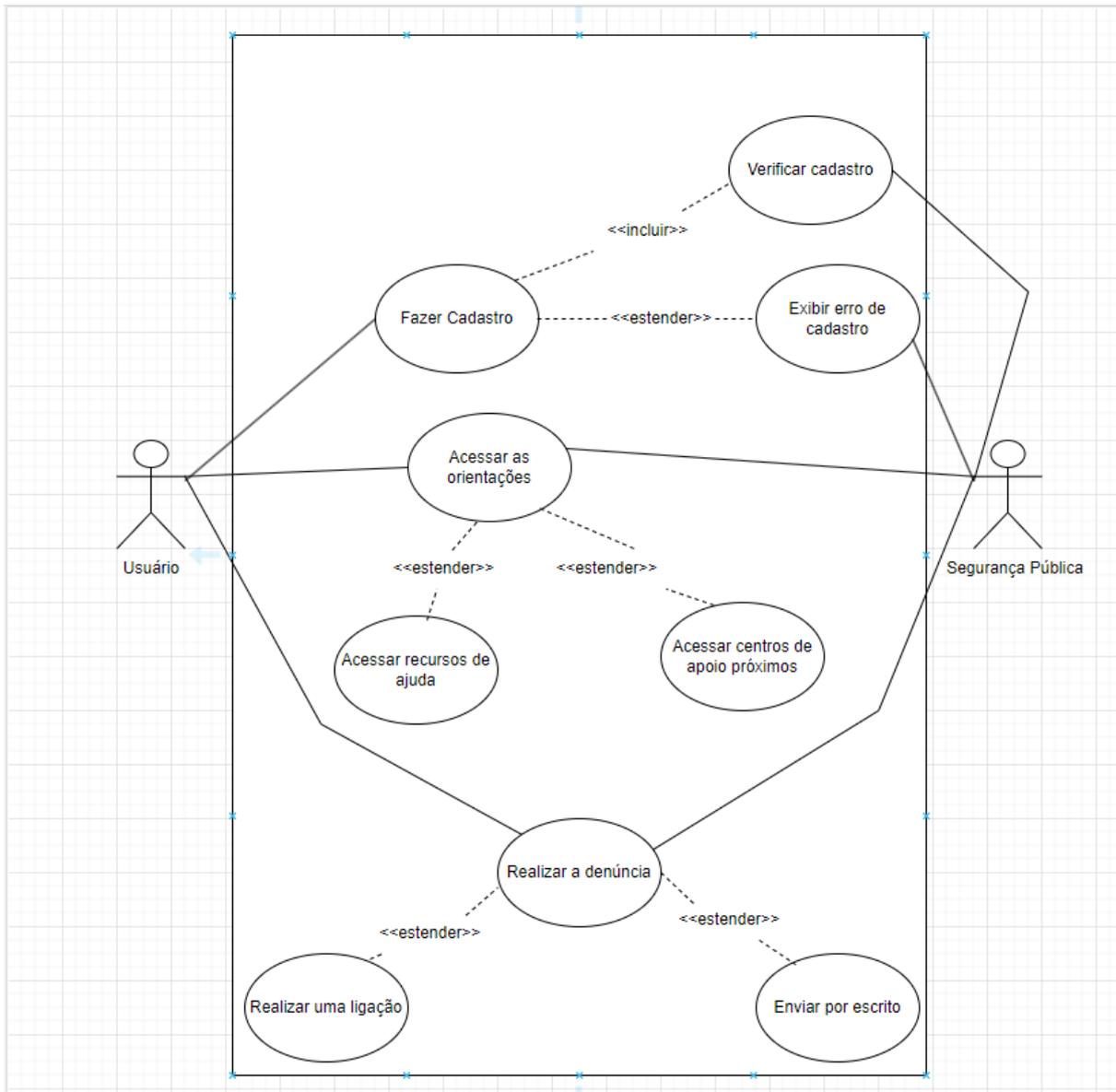


Fonte: Autor próprio (2024).

### 3.3.2 Diagrama de caso de uso

O diagrama de caso de uso resume os detalhes dos usuários do seu sistema e suas interações. No diagrama do projeto, têm-se os atores: Usuário e a Segurança Pública, o usuário poderá cadastrar, consultar as funções do aplicativo e também poderá realizar uma denúncia. Já a Segurança Pública irá receber a denúncia realizada pelo usuário.

Figura 15: Diagrama de Caso de Uso.



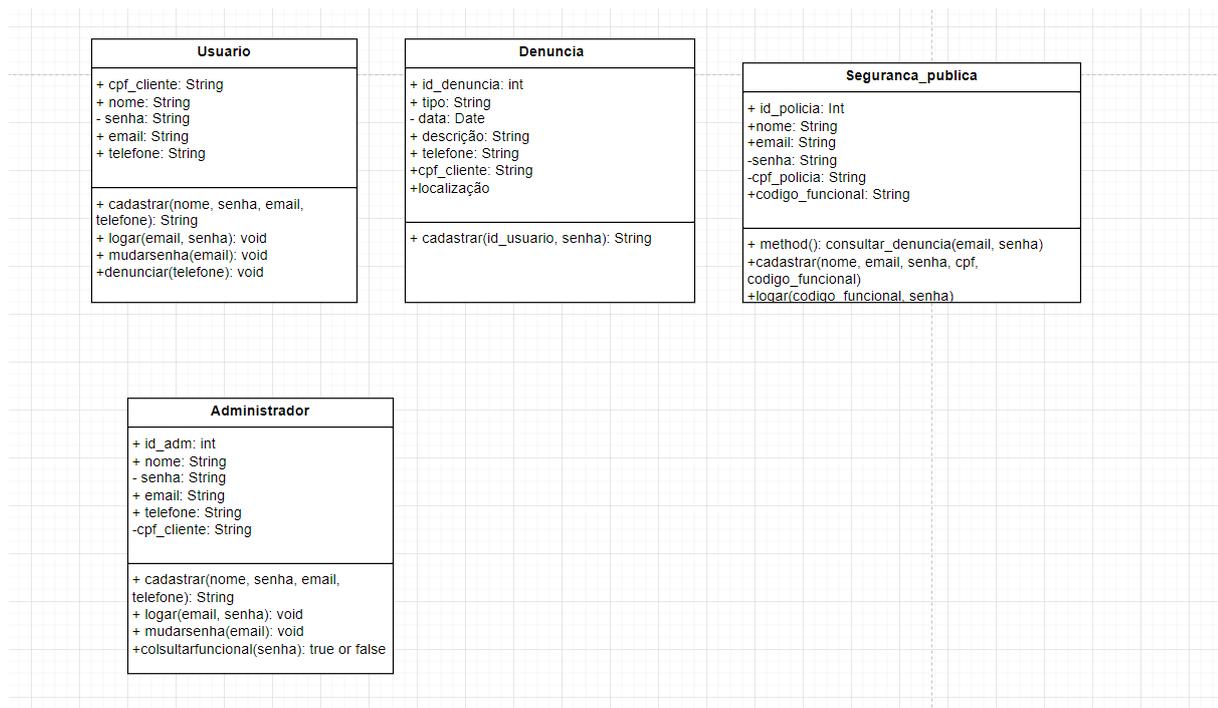
Fonte: Autor próprio (2024).

### 3.3.3 Diagrama de Classe

Em programação, um Diagrama de Classe é uma representação da estrutura das relações das classes com seus respectivos atributos e métodos que servem de modelo para objetos. A Classe é uma abstração de um objeto da vida real (vida real que será tratada via software), que utiliza dados (atributos) e procedimentos (métodos)

que se relacionam. Em nosso projeto temos a classe “Usuário” que está no topo da figura, e seus atributos e métodos são identificados por uma simbologia, assim estruturando os objetos presentes e necessários para o funcionamento da plataforma de denúncia.

Figura 16: Diagrama de Classe.



Fonte: Autor próprio (2024).

### 3.4 Cronograma

Atividade	Meses																																							
	Fevereiro				Março				Abril				Maio				Junho				Julho				Agosto				Setembro				Outubro				Novembro			
	Semanas				Semanas				Semanas				Semanas				Semanas				Semanas				Semanas				Semanas				Semanas							
	1ª	2ª	3ª	4ª	1ª	2ª	3ª	4ª	1ª	2ª	3ª	4ª	1ª	2ª	3ª	4ª	1ª	2ª	3ª	4ª	1ª	2ª	3ª	4ª	1ª	2ª	3ª	4ª	1ª	2ª	3ª	4ª	1ª	2ª	3ª	4ª				
Escolha do Tema																																								
Elaboração da capa do caderno																																								
Elaboração da folha de rosto																																								
Questionário																																								
Resumo do TCC																																								
Programação do aplicativo																																								
Introdução																																								
Fichamento																																								
Referencial Teórico																																								
Pesquisa de Campo																																								
Diagramas																																								
Metodologia do TCC																																								
Conclusão																																								
Prévia																																								
Resultados																																								

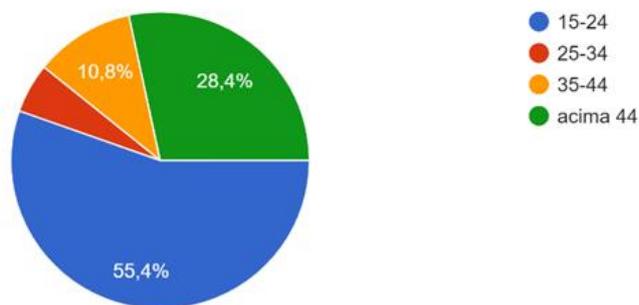
## 4. RESULTADOS

No dia 17 de junho de 2022, já se obteve a resposta do formulário do estudo do caso, respondido por nosso público alvo.

Figura 17: Resposta obtida da primeira pergunta do formulário para estudo de caso.

1º Qual a sua faixa etária?

74 respostas



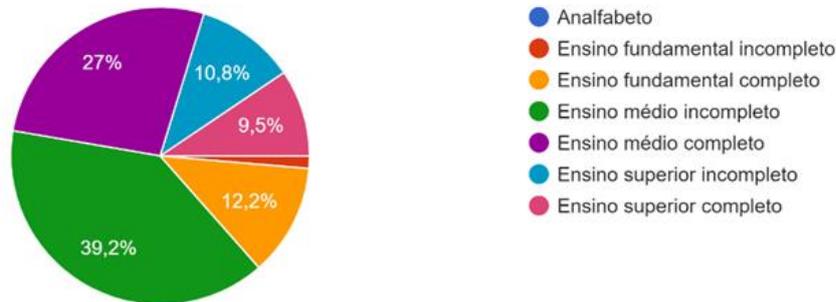
fonte: Autor próprio (2024)

Com base na questão 1 vemos que 55,4% das mulheres entrevistadas tem de 15 a 24 anos, 28,4% das mulheres tem acima de 44 anos e 10,8% dessas mulheres com uma faixa etária de 35 a 44 anos.

Figura 18: Resposta obtida da segunda pergunta do formulário para estudo de caso.

2° Qual seu nível de escolaridade?

74 respostas



fonte: Autor próprio (2024)

Os resultados da pergunta 2 mostram que 39,2% das entrevistadas têm um ensino médio incompleto, 27% têm o ensino médio completo, 12,2% com o ensino fundamental completo, 10,8% têm o ensino superior incompleto e 9,5% têm o ensino superior completo.

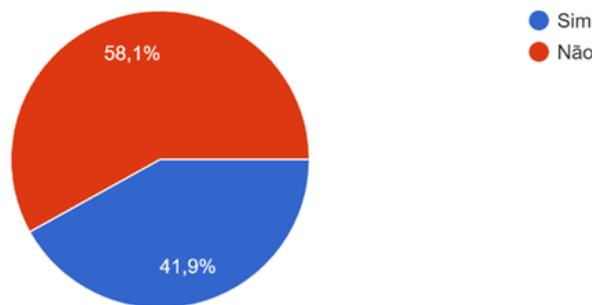
3° Na sua opinião, quais são os principais obstáculos enfrentados pelas vítimas de violência doméstica ao buscar ajuda?

A questão 3 busca entender a perspectiva das respondentes sobre os principais obstáculos enfrentados pelas vítimas de violência doméstica ao buscar ajuda. Conforme observado nas respostas, diversas entrevistadas sustentaram que o principal desafio reside no medo e na dependência financeira que mantêm em relação aos seus parceiros, bem como no julgamento social que as mulheres enfrentam ao buscar auxílio. Considerando que a sociedade contemporânea é influenciada pela cultura patriarcal e machista, muitas mulheres vítimas de violência sentem receio de denunciar, temendo que seus casos não sejam devidamente solucionados e que sofram estigmatização por parte da sociedade. Outra considerável parcela das entrevistadas destacaram a dificuldade que algumas mulheres enfrentam ao denunciar agressões e o estigma que enfrentam ao buscar ajuda. A partir das respostas das respondentes, percebe-se que um dos principais obstáculos que as

mulheres enfrentam ao buscar auxílio é o julgamento social e a dificuldade em denunciar de forma eficaz, seja por medo, falta de oportunidade, informação ou acesso a redes de apoio.

Figura 19: Resposta obtida da quarta pergunta do formulário para estudo de caso.

4° Você já testemunhou ou foi alvo de violência contra mulheres em seu círculo social?  
74 respostas

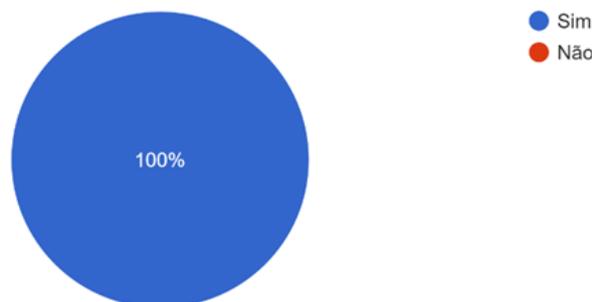


fonte: Autor próprio (2024)

Em vista da questão 4, vê-se que 58,1% das entrevistadas já testemunharam ou foram alvo de violência contra mulheres em seu círculo social. Enquanto isso, 41,9 % não foram alvo ou testemunharam violência contra mulheres em seu círculo.

Figura 20: Resposta obtida da quinta pergunta do formulário para estudo de caso.

5° Você acredita que a cultura do machismo influencia o acontecimento da violência contra mulheres?  
74 respostas

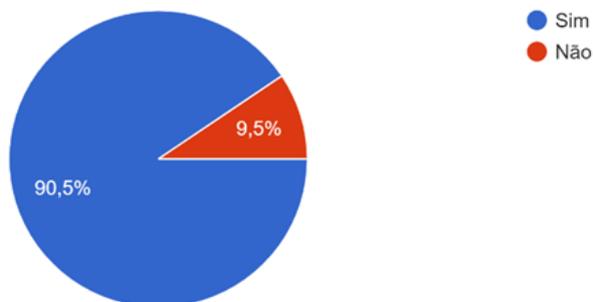


fonte: Autor próprio (2024)

Os resultados da pergunta 5 mostram que 100% das entrevistadas acreditam que a cultura do machismo influencia o acontecimento da violência contra mulheres.

Figura 21: Resposta obtida da sexta pergunta do formulário para estudo de caso.

6° Você acredita que as mulheres são negligenciadas quando tentam denunciar casos de violência?  
74 respostas

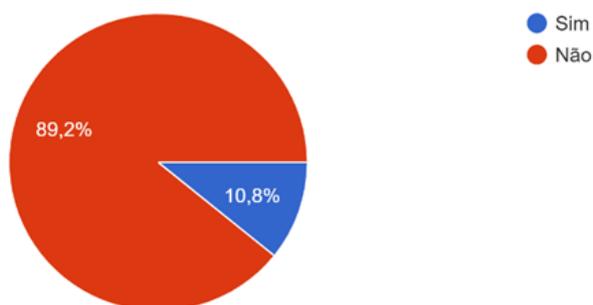


fonte: Autor próprio (2024)

A questão 6 reflete que 90,5% das entrevistadas acreditam que as mulheres são negligenciadas quando tentam denunciar casos de violência. Enquanto isso, 9,5% acreditam que isso não acontece.

Figura 22: Resposta obtida da sétima pergunta do formulário para estudo de caso.

7° Você considera que as políticas públicas existentes são eficazes para prevenir e combater a violência contra mulheres?  
74 respostas



fonte: Autor próprio (2024)

Os resultados da pergunta 7 mostram que 89,2% das entrevistadas não consideram as políticas públicas existentes eficazes para prevenir e combater a violência contra as mulheres e, paralelamente, 10,8% consideram as políticas públicas eficazes.

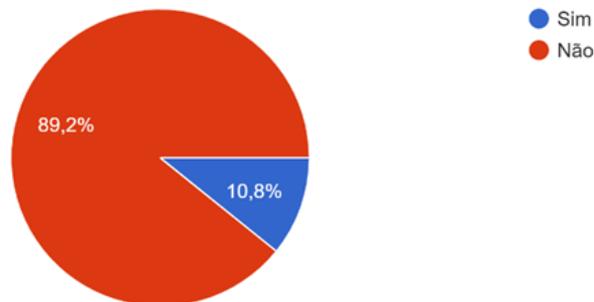
8° Na sua opinião, quais são as estratégias mais eficazes para apoiar as mulheres que são vítimas de violência?

A questão 8 analisa a perspectiva das respondentes sobre quais são as estratégias mais eficazes para apoiar as mulheres que são vítimas de violência. Com base nessas perspectivas, podemos inferir que muitas das entrevistadas consideram que uma maneira de apoiar as mulheres vítimas de violência é facilitar o processo de denúncia do agressor, de modo que elas se sintam confortáveis ao fazê-lo. Além disso, é destacada a importância de oferecer o devido apoio psicológico a essas mulheres durante todo o processo, com isso, criando um ambiente seguro e acolhedor para todas as vítimas. Algumas respostas também enfatizam a relevância de sensibilizar a população e instruir as crianças desde a infância sobre a agressão ser inadmissível. Dado que vivemos em uma sociedade com uma cultura machista, é crucial ensinar que esses padrões são inadequados. Além disso, nas respostas é destacada a importância de oferecer apoio às mulheres que enfrentam ou já enfrentaram violência, para que se sintam seguras ao denunciar esses casos.

Figura 23: Resposta obtida da nona pergunta do formulário para estudo de caso.

9° Você acredita que a conscientização sobre a Lei Maria da Penha é suficiente para prevenir a violência contra as mulheres?

74 respostas



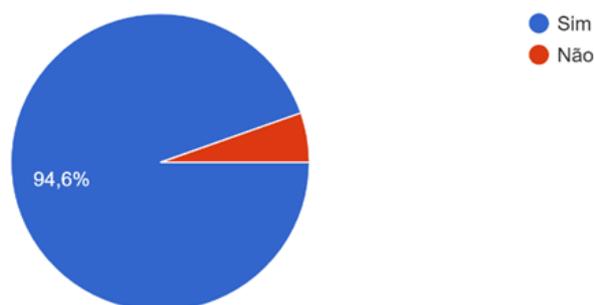
fonte: Autor próprio (2024)

Ao questionar a suficiência integral da Lei Maria da Penha na questão 9, observa-se que 89,2% das mulheres que responderam o formulário não acreditam que a lei seja suficiente para prevenir a violência contra as mulheres. Contrário a isso, 10,8% consideram que é suficiente.

Figura 24: Resposta obtida da décima pergunta do formulário para estudo de caso.

10° Você acredita que as escolas deveriam incluir conteúdo específico sobre prevenção da violência contra as mulheres na sua educação?

74 respostas

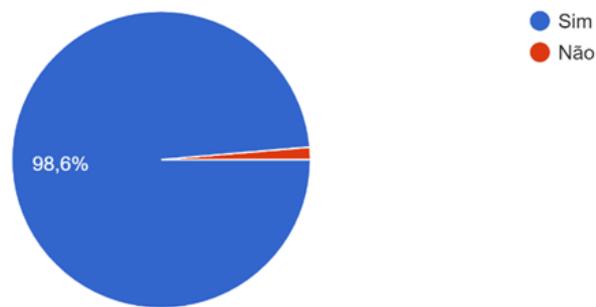


fonte: Autor próprio (2024)

As respostas da pergunta 10 espelham que 94,6% das entrevistadas acreditam que as escolas deveriam incluir conteúdo específico sobre a prevenção da violência contra a mulher. Enquanto isso, 5,4% acreditam que isso não seja necessário.

Figura 25: Resposta obtida da décima primeira pergunta do formulário para estudo de caso.

11° Na sua opinião, a tecnologia pode ser útil para ajudar no combate a violência contra a mulher?  
74 respostas



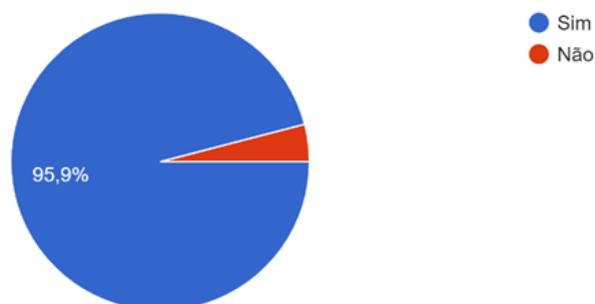
fonte: Autor próprio (2024)

Segundo 98,6% das entrevistadas da questão 11, a tecnologia pode ser útil para ajudar no combate a violência contra mulher. No entanto, apenas 1,4% das mulheres que responderam acreditam que a tecnologia é inútil no processo.

Figura 26: Resposta obtida da décima segunda pergunta do formulário para estudo de caso.

12° Se houvesse um aplicativo que promovesse a segurança e a autodefesa das mulheres, você o utilizaria?

74 respostas



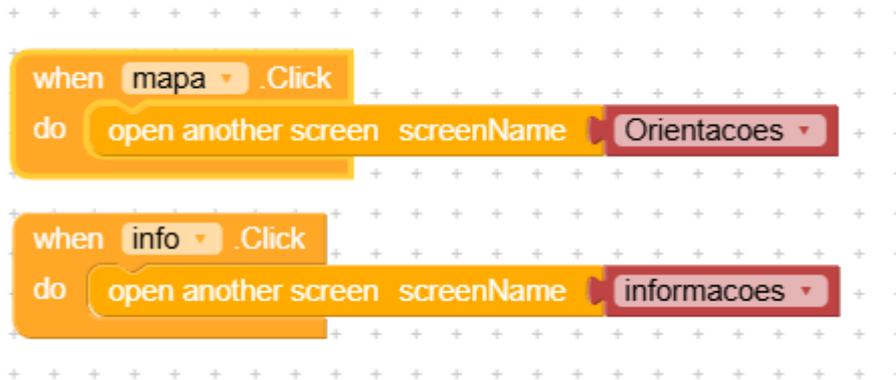
fonte: Autor próprio (2024)

Os resultados da questão 12 mostram que 95,9% das mulheres que responderam ao formulário utilizariam um aplicativo que promovesse a segurança e a autodefesa das mulheres. Enquanto isso, 4,1% não utilizariam esse aplicativo.



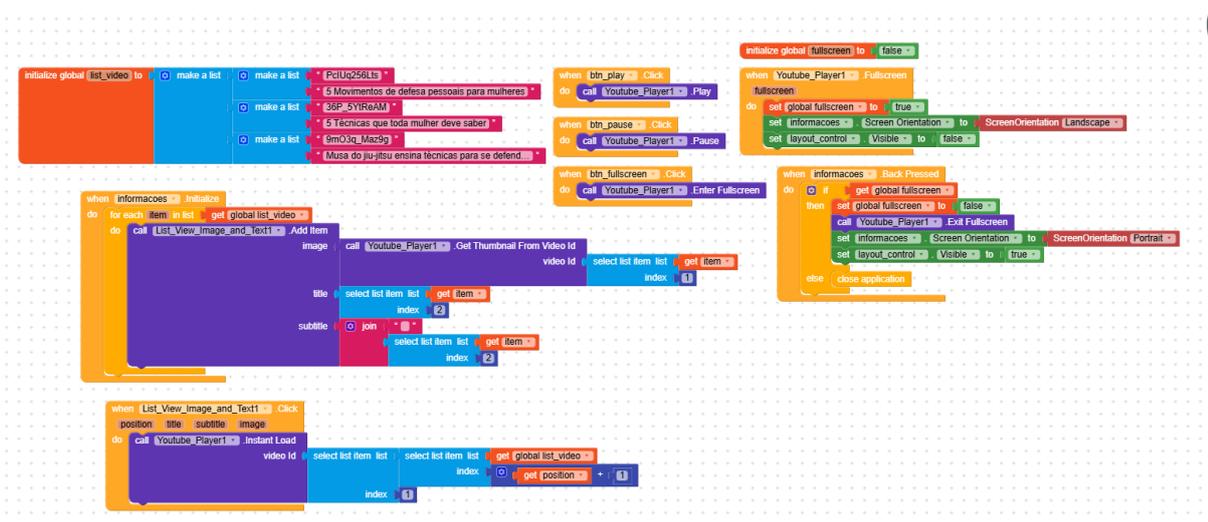
Fonte: Autor próprio (2024)

Figura 29: Código da página opção orientações ou informações.



Fonte: Autor próprio (2024)

Figura 30: Códigos de orientações de vídeos.



Fonte: Autor próprio (2024)

Figura 31: Código do mapa de centros próximos.

```
do to ativar_localizacao
do if Location_Sensor1.Enabled = false
then set Location_Sensor1.Enabled to true

when Orientacoes.Initialize
do call ativar_localizacao

when btn_ativarLocalizacao.Click
do call ativar_localizacao

initialize global longitude to 0
initialize global (Marca to "0")
initialize global (latitude to 0)
initialize global (endereco to "0")

when Location_Sensor1.Status Changed
do if get status = true
then set b_localizacao.Text to Location_Sensor1.Current Address
set Map1.Location_Sensor to Location_Sensor1
else set b_localizacao.Text to "0"

when btn_verLocalizacao.Before Picking
do set btn_verLocalizacao.Elements to call Tiny_DB1.Get Entries

when btn_localizarMapa.Click
do set global endereco to ct_endereco.Text
set global latitude to call Location_Sensor1.Latitude From Address location Name get global endereco
set global longitude to call Location_Sensor1.Longitude From Address location Name get global endereco

call Map1.Pan To
latitude get global latitude
longitude get global longitude
zoom 17

set global Marca to call Map1.Create Marker
latitude call Location_Sensor1.Latitude From Address location Name ct_endereco.Text
longitude call Location_Sensor1.Longitude From Address location Name ct_endereco.Text

when btn_verLocalizacao.After Picking
do selection
set global dados_endereco to 0 create empty list
set global dados_endereco to split text call Tiny_DB1.Get Value
tag btn_verLocalizacao.Selection
value if Tag Not There "Não encontrado 0.0"

set ct_endereco.Text to select list item list global dados_endereco
index 1

set ct_nomeparaLocalizacao.Text to btn_verLocalizacao.Selection

call Map1.Pan To
latitude select list item list global dados_endereco
index 2
longitude select list item list global dados_endereco
index 3
zoom 17

set global Marca to call Map1.Create Marker
latitude call Location_Sensor1.Latitude From Address location Name ct_endereco.Text
longitude call Location_Sensor1.Longitude From Address location Name ct_endereco.Text

initialize global dados_endereco to 0 create empty list

when btn_apagarTodos.Click
do call Tiny_DB1.Clear All

when btn_apagarAtual.Click
do if not is string? ct_nomeparaLocalizacao.Text
then call Tiny_DB1.Clear Tag
tag ct_nomeparaLocalizacao.Text
```

Fonte: Autor próprio (2024)

Figura 32: Código da página de denúncia.

```
when emergencia.Click
do call Phone_Call1.MakePhoneCallDirect

when enviar.Click
do set aviso.Visible to true
set Text_Box1.Text to "0"
set Text_Box1_copy.Text to "0"
set enviar.Visible to false
set enviar_nova.Visible to true
set Image1.Visible to false

when enviar_nova.Click
do set enviar.Visible to true
set enviar_nova.Visible to false
set aviso.Visible to false
set Image1.Picture to 0

when tirafoto.Click
do call Camera1.Take Picture
set Image1.Visible to true

when denuncia.Error Occurred
component function Name error Number message
do if get error Number = 201
then set Image1.Picture to call proces

do to proces
result replace all text join call File1.Make Full Path
scope FileScope App
path "Pictures/"
select list item list call File1.List Directory
scope FileScope App
directory Name "Pictures"
index length of list list call File1.List Directory
scope FileScope App
directory Name "Pictures"
segment "file/"
replacement "0"
```

Fonte: Autor próprio (2024)

### 4.1.1 Telas

Apresentam-se as imagens relacionadas à visualização dos usuários e administradores das principais telas do aplicativo voltado para a promoção da autodefesa e segurança feminina, que incluem: tela de login, tela inicial, tela com opções de denúncia ou informações, tela de centros próximos e orientações em vídeo.

Figura 33: Tela de login

**Login**

Nome de Usuário

Senha

Entrar

Manter-me conectado

[Esqueci Minha Senha](#) | [Cadastrar](#)

Fonte: Autor próprio (2024)

A página de login é uma interface que permite ao usuário acessar um sistema inserindo suas informações pessoais (nome de usuário e senha). Ela também oferece opções adicionais, por exemplo, a alternativa de "manter-se conectado", que permite que a sessão permaneça ativa mesmo após o fechamento do navegador. Além disso, há um link "esqueci minha senha", que redireciona o usuário para um processo de recuperação de acesso, e um botão ou link "cadastrar", que permite criar uma nova conta no sistema.

Figura 34: Tela de opções para a entrada da tela de denúncia ou a tela de orientações.



Fonte: Autor próprio (2024)

Uma página com dois botões é a interface de navegação que permite ao usuário escolher entre duas áreas do aplicativo. Um botão direciona para a seção de "Orientações", onde o usuário pode acessar informações, dicas ou instruções relevantes. O outro botão leva à seção de "Denúncias", permitindo ao usuário relatar violências presenciadas ou um alerta de perigo.

Figura 35: Tela de opções de orientações em vídeos ou tela de centros próximos.



Fonte: Autor próprio (2024)

Ao clicar em "Orientações", o usuário é direcionado para essa nova tela que apresenta duas opções principais. A primeira é "Orientações em vídeos", onde o usuário pode acessar conteúdos com dicas e informações sobre autodefesa e

segurança. A segunda opção é "Centros próximos ", que exibe um mapa de locais próximos onde vítimas de violência podem buscar ajuda ou registrar denúncias.

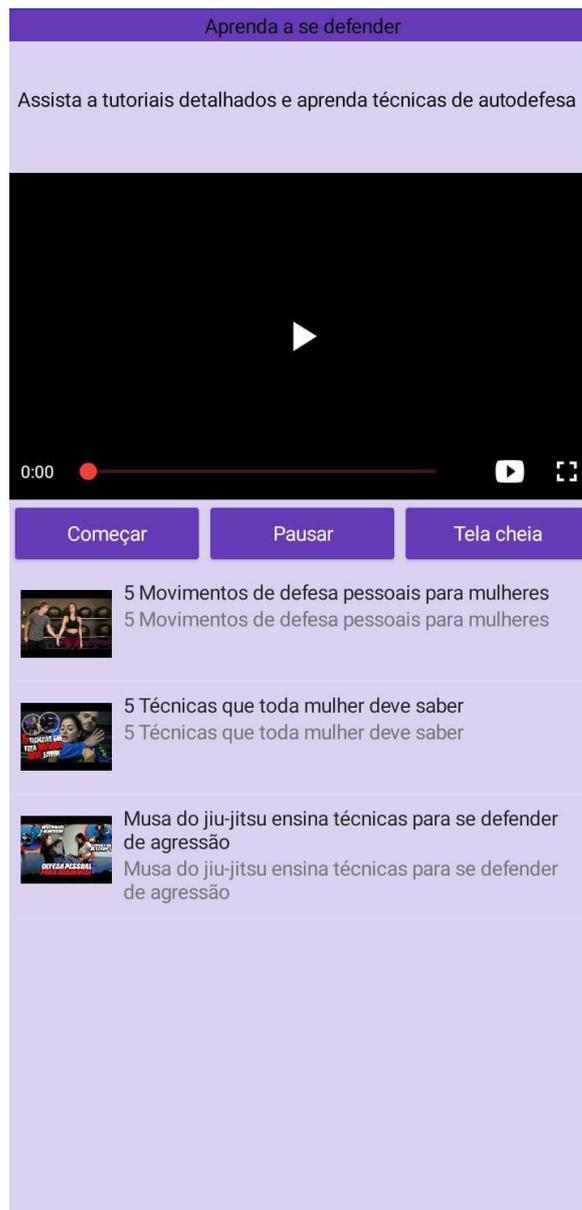
Figura 36: Tela de centros próximos



Fonte: Autor próprio (2024)

Na tela de "Centros próximos", além de inserir o endereço para buscar locais de denúncia, o usuário tem a opção de gerenciar as buscas realizadas. É possível apagar o endereço atual, removendo a busca mais recente, ou apagar todos os endereços, limpando o histórico de buscas completamente.

Figura 37: Tela de orientações em vídeos.



Fonte: Autor próprio (2024)

Na tela de "Orientações em vídeos", há um título destacado com a frase "Aprenda a se defender". Abaixo, uma interface de vídeo do YouTube exibe uma lista com três vídeos selecionados, cada um apresentando técnicas práticas de defesa pessoal. A interface inclui controles intuitivos, como botões para iniciar, pausar o vídeo e ativar o modo de tela cheia, proporcionando ao usuário uma experiência de aprendizado acessível e interativa.

Figura 38: Tela de denúncia.

The image shows a smartphone screen with a purple-themed emergency reporting form. At the top, there is a status bar with a signal strength icon, a Wi-Fi icon, and the time 12:00. Below the status bar is a vertical rectangular input field. The main heading is a purple button labeled "EMERGÊNCIA". Underneath, the text "DESCREVA O CASO" is followed by "QUANDO ACONTECEU:" and a small square input field. This is followed by a wide horizontal text input field. Below that is another small square input field, followed by "ONDE ACONTECEU:" and another wide horizontal text input field. Next is a small square input field, followed by "FOTO RAPIDA DO AGRESSOR:". Below this text are two small square input fields, a small camera icon, and a purple button labeled "Abrir câmera". At the bottom of the form are three small square input fields and a purple button labeled "Enviar".

Fonte: Autor próprio (2024)

Na tela de "Denúncias", há um botão de emergência destacado, que permite acionar diretamente o serviço policial em situações críticas. Além disso, a tela inclui um formulário para descrever o caso, onde o usuário pode informar detalhes como quando aconteceu, onde aconteceu, e incluir uma foto do agressor, com a opção de capturar uma imagem usando a câmera ou selecionar uma da galeria do dispositivo. Após preencher as informações, o usuário pode pressionar o botão "Enviar", que encaminha os dados às autoridades competentes para que as medidas necessárias sejam tomadas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Atualmente, muitas mulheres enfrentam diversos tipos de violência, o que gerou a necessidade de desenvolver um projeto para auxiliar no enfrentamento desses problemas. Durante o processo, foram coletadas informações necessárias para buscar assistência às mulheres que enfrentam tais situações, essa pesquisa evidenciou a relevância do aplicativo para a sociedade ao proporcionar uma ferramenta prática e eficiente para denúncias seguras. Este estudo permitiu uma compreensão de como um recurso tecnológico pode impactar positivamente a segurança pessoal das mulheres, facilitando o acesso a medidas de proteção e suporte em momentos críticos.

Mediante a esses dados, desenvolveu-se um aplicativo dedicado a melhorar a segurança e a autodefesa das mulheres, oferecendo uma plataforma confiável para a realização de denúncias de maneira segura e acessível.

Os resultados obtidos demonstraram que o aplicativo cumpre os objetivos estabelecidos, atendendo às necessidades de segurança das usuárias e contribuindo significativamente para a discussão acadêmica sobre a proteção feminina através da tecnologia. Para futuras investigações, sugerimos explorar a inclusão de recursos adicionais, como suporte psicológico integrado para aprimorar ainda mais a eficácia e a acessibilidade do aplicativo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Explicação sobre os tipos de violência. Disponível em:

<https://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/4997/1/BRUNA%20NIC%c3%81CIA%20SOUSA%20DA%20SILVA%20-%20TCC%20-%20GEOGRAFIA.pdf>

<https://www.scielo.org/pdf/rsp/2002.v36n4/470-477/pt>

<https://www.scielo.org/article/csc/2021.v26suppl3/4993-5002/>

<https://www.scielo.br/j/icse/a/9SG5zGMVt4VFDZtzbX97MkP/?lang=pt>

<https://www.scielo.br/j/rsp/a/ss6J7prqt9rDK8pvHDHkttG/?format=html&lang=pt>

<http://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/6032/1/3entrega%20MONOGRAFIA%20-%20VIOL%c3%8aNCIA%20PATRIMONIAL%20CONTRA%20A%20MULHER%20N%20CONST%c3%82NCIA%20DAS%20RELA%c3%87%c3%95ES%20SOCIOAFETIVAS.pdf>

Acesso em: 18 abr. 2024.

Temática sobre os fatores de risco associados a violência contra a mulher. Disponível em:

<https://www.scielo.org/article/rsap/2017.v19n6/818-826/pt/>

<https://www.redalyc.org/journal/408/40854841014/40854841014.pdf>

Acesso em: 29 abr. 2024.

Assunto sobre os impactos da violência . Disponível em:

<https://www.wlsa.org.mz/wp-content/uploads/2014/11/Impacto-psicologico-da-violencia-contra-as-mulheres-2006.pdf>

<http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S2216->

[09732018000101988&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S2216-09732018000101988&script=sci_arttext)

<https://www.scielo.org/pdf/rpsp/2010.v27n4/300-308/pt>

<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/2363/1885>

Acesso em: 15 abr. 2024.

Site que aborda o ciclo da violência doméstica contra a mulher. Disponível em:

<http://200-98-146-54.clouduo1.com.br/bitstream/123456789/2694/1/VIOLENCIA%20DOMESTICA%20CONTRA%20MULHER.pdf>

Acesso em: 16 abr. 2024.

Conteúdo sobre a Legislação e políticas públicas de combate a violência contra a mulher. Disponível em:

<https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/11080/1/Da%20Delegacia%20da%20mulher%20c3%a0%20Lei%20Maria%20da%20Penha.pdf>

Acesso em: 13 mai. 2024.

Site sobre a rede de enfrentamento da violência contra a mulher. Disponível em:

<https://scholar.archive.org/work/iv3ks2keirb5tjotrqp1berzne/access/wayback/http://revistas.ufcg.edu.br/cfp/index.php/pesquisainterdisciplinar/article/download/194/pdf>

Acesso em: 13 mai. 2024.

Sites que abordam a questão dos efeitos da cultura do machismo na perpetuação da violência contra a mulher. Disponível em:

[https://www.unipar.br/documentos/464/Psicologia\\_uVou9HQ.pdf](https://www.unipar.br/documentos/464/Psicologia_uVou9HQ.pdf)

<https://cadernosuninter.com/index.php/ESGPPJS/article/view/2780>

<https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/85367990/17895->

<libre.pdf?1651523751=&response-content->

[disposition=inline%3B+filename%3DMACHISMO\\_E\\_DISCURSO\\_DE\\_ODIO\\_NAS\\_REDES\\_SO.pdf&Expires=1715903007&Signature=Ubbcg5kBLwPoXIIctqXIKfnrooe4t1](disposition=inline%3B+filename%3DMACHISMO_E_DISCURSO_DE_ODIO_NAS_REDES_SO.pdf&Expires=1715903007&Signature=Ubbcg5kBLwPoXIIctqXIKfnrooe4t1)

<nndZfo~nXKRy9~w8jDbO5SgcAMvGLPWFnErpyVcv4rw->

<M~iljT2XPgEpsOlh~6bBbX8vJ6scLwhrsDONp->

<eRsv0~76hUQ7410cD8xRh9NTI86OwnHTqycMu78sBT->

<9FLGh48tU3NiyTtw5wEjmqeeLFcRRpoSAWO~gaoLawi1oIJGg0Sk4v9RwCMkLePN>

<GR6zoUfTXIIOr9WUkmbMstEibr12EtQizHju23a56JFgkw30XXRN5CvnmGjCKHmhp~>

[6hKpGbs5iUBR8egeqWcsCP9i2cQB9AO-TmJrd5h-Gxek89k~MI07mPIQ\\_&Key-](6hKpGbs5iUBR8egeqWcsCP9i2cQB9AO-TmJrd5h-Gxek89k~MI07mPIQ_&Key-)

<Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA>

Acesso em: 11 abr. 2024.

Abordagem de questões sobre violência de gênero e suas interseccionalidades.

Disponível em:

<https://revista.abrasd.com.br/index.php/rbsd/article/view/381/222>

<https://www.conhecer.org.br/enciclop/2021A/violencia.pdf>

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/arquivos-diversos/publicacoes/publicacoes/viol-mul-jovem.pdf#page=61>

<https://www.scielo.br/j/pcp/a/rzhdT5gCxpg8sfQm4kzWZCw/?format=pdf&lang=pt>

<https://seer.faccat.br/index.php/psi/article/view/1371>

Acesso em: 11 abr. 2024.

Temática sobre as estratégias de prevenção e intervenção para combater a violência contra a mulher. Disponível em:

<https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31265/18354>

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/enfermagemuerj/article/view/4035/2787>

Acesso em: 13 mai. 2024.

Questões sobre o papel das instituições sociais na prevenção e combate a violência de gênero. Disponível em:

<https://unicruz.edu.br/mercosul/pagina/anais/2015/1%20-%20ARTIGOS/A%20EDUCACAO%20MACHISTA%20E%20SEU%20REFLEXO%20COMO%20FORMA%20DE%20VIOLENCIA%20INSTITUCIONAL.PDF>

[https://bdm.unb.br/bitstream/10483/31923/1/2022\\_AlanaNascimentoDeLima\\_tcc.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/31923/1/2022_AlanaNascimentoDeLima_tcc.pdf)

<https://jefvj.emnuvens.com.br/jefvj/article/view/729/719>

Acesso em: 07 mai. 2024.

Explicação sobre a Lei Maria da Penha. Disponível em:

[https://www.unifimes.edu.br/filemanager\\_uploads/files/documentos/semana\\_universitaria/xi\\_semana/artigos/humanas/PATRIARCALISMO%20E%20MACHISMO%20-%20HISTORIA%20E%20ENFRENTAMENTOS%20DA%20LEI%20MARIA%20PENHA.pdf](https://www.unifimes.edu.br/filemanager_uploads/files/documentos/semana_universitaria/xi_semana/artigos/humanas/PATRIARCALISMO%20E%20MACHISMO%20-%20HISTORIA%20E%20ENFRENTAMENTOS%20DA%20LEI%20MARIA%20PENHA.pdf)

<https://www.scielo.br/j/csc/a/gZtYwLDYSqtgp7wGTTXHw4z/?format=pdf&lang=pt>

Acesso em: 14 mai. 2024.

Explicação sobre o que é a agressão. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pcp/a/64CCPxcgZb7wsrx9R3F5nSqr/?lang=pt>.

Acesso em: 4 abr. 2024.

Explicação de como surgiu a agressão. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/epsic/a/WWySXTTh5dPchLKTNQhHgMDD/?lang=pt>.

Acesso em: 11 abr. 2024.

Site com as estatísticas de quantas mulheres sofrem a agressão. Disponível em:

<https://www.scielosp.org/article/csc/2021.v26suppl3/4993-5002/>

e <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/ptp/article/view/1203>.

Acesso em: 18 abr. 2024.

Pdf onde se encontram as pesquisas de técnicas de defesa da mulher. Disponível em:

<file:///C:/Users/Admin/Downloads/4258-10973-1-PB.pdf>.

Acesso em: 23 abr. 2024.

Onde encontrar sobre a plataforma kodular disponível em:

<https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/sobretudo/article/view/5023>.

Acesso em 23 abr. 2024

Explicação do HTML. Disponível em:

[https://www.researchgate.net/profile/Paulo-Cesar-](https://www.researchgate.net/profile/Paulo-Cesar-Pinheiro/publication/334971400_DESENVOLVIMENTO_DE_UM_TUTORIAL_HIPER)

[Pinheiro/publication/334971400\\_DESENVOLVIMENTO\\_DE\\_UM\\_TUTORIAL\\_HIPERTEXTOS\\_EM\\_HTML/links/5d4846ee92851cd046a353dd/DESENVOLVIMENTO-DE-UM-TUTORIAL-HIPERTEXTOS-EM-HTML.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Paulo-Cesar-Pinheiro/publication/334971400_DESENVOLVIMENTO_DE_UM_TUTORIAL_HIPERTEXTOS_EM_HTML/links/5d4846ee92851cd046a353dd/DESENVOLVIMENTO-DE-UM-TUTORIAL-HIPERTEXTOS-EM-HTML.pdf).

Acesso em: 27 abr. 2024.

Explicação sobre SQL. Disponível em:

[https://books.google.com.br/books?id=q64cCgAAQBAJ&dq=sqI&lr=lang\\_pt&hl=pt-BR&source=gbs\\_navlinks\\_s](https://books.google.com.br/books?id=q64cCgAAQBAJ&dq=sqI&lr=lang_pt&hl=pt-BR&source=gbs_navlinks_s).

Acesso em: 27 abr. 2024.

Onde encontrar como era a agressão no passado. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/fractal/a/N9MLKxsbFTGKSZbR5Fmgmff/>.

Acesso em: 2 mai. 2024.

Onde encontrar sobre como é tratado o assunto da agressão contra a mulher atualmente. Disponível em:

<https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/3141/1/Artigo%20-%20Mariolina%20Caiado.pdf>.

Acesso em: 10 mai. 2024.

Onde encontrar como a tecnologia pode ajudar contra a agressão da mulher.

Disponível em:

<http://repositorio.aee.edu.br/bitstream/aee/18487/1/Mikaelle%20Alves.pdf>.

Acesso em: 13 mai. 2024.